



## MULHER(ES), HISTÓRIA(S) E PODER(ES): VERSÕES DA POLÍTICA<sup>1</sup>

Maria Luzia Miranda Álvares<sup>2</sup>

### RESUMO

A presente proposta examina a prática política de prefeitas e vereadoras eleitas em 2008, no Pará, sua história de vida familiar, escolar, profissional e o processo de “fazer política” em cidades do interior do estado. Dos depoimentos surgiram narrativas singulares mescladas com o processo migratório vivenciado, mostrando a nova geografia brasileira constituindo-se numa geopolítica amazônica presentificada em características geográficas adensadas em cada versão extraída desses relatos e as forças de realinhamento entre o Brasil do sul e o Brasil do norte. Possibilitou construir um amplo painel de vivências em trajetórias marcadas pela diferença das relações de gênero onde elas e os/as concorrentes tendem a ajustar suas experiências em um jogo nem sempre fácil. Como a metodologia tradicional desses estudos no Brasil e nos demais países tem centrado sua avaliação sobre o crescimento do número de mulheres na política formal através do sistema de agregação de dados eleitorais de candidaturas e de eleitas no âmbito parlamentar e majoritário, este estudo procurou aplicar a teoria da história do tempo presente, usando as ferramentas metodológicas dessa teoria para aprofundamento das singularidades da situação das mulheres na política formal. Concluiu-se que a elite política no poder, numa perspectiva de gênero, pode apresentar padrões diferenciados de procedimentos, mas no jogo político-partidário e eleitoral a visibilidade do diferencial entre eles e elas é reduzida.

**Palavras-chave:** Mulheres. Política. Poder. História de Vida. Comportamento Político.

### INTRODUÇÃO

A maioria dos estudos sobre as mulheres na política tem sido realizada por meio de análises dos dados agregados exibindo-se os números absolutos e percentuais da presença deste gênero nesse campo ainda incipiente de sua participação e representação em cargos decisórios. Ana Alice Costa (1998)<sup>3</sup> inovou

<sup>1</sup> Texto extraído do relatório final do projeto de pesquisa “Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas – nº 402518/2010-1- APQ- CNPq (2013). Na oportunidade, agradeço à equipe de bolsistas do projeto – Nilson Sousa Filho; Thais Pinheiro; Manuela Rodrigues; Thiago Paiva Sales; Murilo Cristo Figueira; Taritha Figueiredo; Carla Moreira; Keyla Araújo; Adson Pinheiro e Benedito dos Santos – que manteve as atividades de levantamento de dados e elaboração de papers de forma exemplar.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política, IUPERJ/RJ. Docente da FACS/IFCH/UFPA. Coordenadora do GEPEM/UFPA.

<sup>3</sup> COSTA, Alcântara Ana Alice. As donas do poder: mulher e política na Bahia. Bahia. 1998.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



sua abordagem usando entrevistas em profundidade, extraíndo alguns subsídios para que fosse reconhecido o antecedente social das vereadoras e prefeitas baianas nos anos de 1982, 1988 e 1992, sendo seu estudo um dos pioneiros nesse aspecto de um olhar subjetivo sobre o percurso político das mulheres brasileiras no poder local. No enfoque recente de Rabay & Carvalho (2010)<sup>4</sup> há uma avaliação seminal sobre a história de como essas mulheres chegaram a um cargo eletivo entre a aprendizagem e o empoderamento. As autoras tendem a demonstrar quais as vias de acesso desenvolvem as mulheres na Paraíba, no alcance de um cargo eletivo, numa área ainda marcada pelo sexismo. Para isso, foram a campo extrair os registros das histórias pessoais das “candidatas mais bem votadas nas eleições estaduais e federais de 1998 e as três novas deputadas estaduais eleitas em 2002, na Paraíba (....)” utilizando-se do recurso da história de vida e da entrevista autobiográfica. Por meio dessas versões avaliaram a maneira de essas mulheres terem construído as suas trajetórias pessoais para alcançarem a representação política.

Na pesquisa “Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas” (CNPq 2010) de onde este artigo foi extraído, intentou-se analisar os antecedentes sociais de prefeitas e vereadoras eleitas em 2008, no Pará usando os resultados para contribuir com os estudos em referência abrigando a identificação de uma iniciação familiar, profissional ou política no processo de inserção na competição eleitoral que levou as mulheres aos cargos majoritários e proporcionais no âmbito municipal. Por outro lado, ao traçar um perfil dessas mulheres pelos cargos que assumiram foi criado um quadro geral desse estudo de caso, demonstrativo, através de figuras, as maiores evidências entre as variáveis extraídas dos dados das histórias de vida, transcritas e analisadas<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Cf. RABAY, Gloria & CARVALHO, Maria Eulina P. “Mulher e Política na Paraíba. Histórias de vida e de luta”. João pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2010, 268p.

<sup>5</sup> Estas entrevistas foram devidamente autorizadas por meio de um termo de cessão de direitos de uso de entrevista gravada e imagens (fotos) cujo documento foi assinado pelas entrevistadas no momento da sessão.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



## Mulheres em dados: perfis de prefeitas e vereadoras

O estudo de caso com base nas histórias de vida extraídas de entrevistas em profundidade de 62 mulheres eleitas nas eleições municipais de 2008 aos cargos majoritários e proporcionais de 31 cidades paraenses favoreceu as evidências da forma de elas transitarem em um espaço ainda pouco afeito à sua presença, apesar dos 80 anos de conquista do direito do voto feminino no Brasil. Inferiu as dissenções partidárias que emergem nesses locais em intrigas paroquiais e o formato das estratégias que são construídas para o alcance de êxitos eleitorais.

Este estudo obteve informações contributivas para a investigação, em dados subjetivos, desse diálogo assimétrico entre o/a pesquisador/a e a interlocutora, do saber, das crenças, da integração familiar, política e social, dos sentimentos e dos desejos e atitudes dessas mulheres em vários campos de sua vivência. Essas histórias esquadriharam fatos e versões sobre a situação político-partidária de mulheres na política e também possibilitaram a elaboração de um quadro geral do perfil dessas mulheres em índices destacados em números absolutos com a elaboração de figuras determinantes das identidades de todas as Prefeitas e Vereadoras paraenses entrevistadas.

O caráter aberto do método de pesquisa adotado neste estudo, de escopo eminentemente qualitativo, aliado ao tamanho da amostra e do próprio universo (no caso das prefeitas, apenas doze foram eleitas em 2008) conduziu à impossibilidade de extração de medidas e parâmetros estatísticos próprios de métodos quantitativos. A opção de apresentação de gráficos – apenas em números absolutos e não em percentuais – destina-se, nesse sentido, a prover ferramenta de mais clara visualização do perfil das entrevistadas.

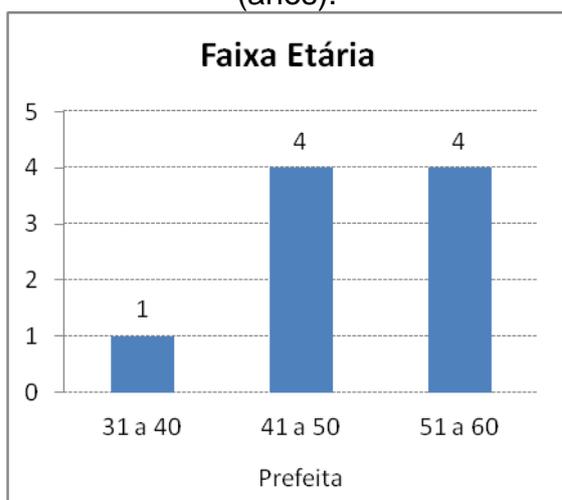
Considerando-se algumas variáveis já tratadas por Álvares (2004, 2006; 2008; 2010; 2012) em diversos estudos e constantes na sequência das entrevistas para a construção dessas imagens foram destacados os dados apresentados nos gráficos.



## 1. Antecedentes Sociais das Prefeitas e Vereadoras

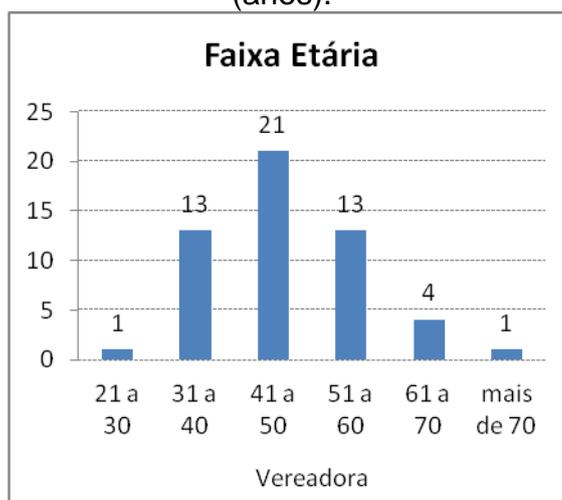
### a) Faixa etária

Figura 1 – Prefeitas – Faixa etária (anos).



Fonte: Dados extraídos dos questionários. N= 9 casos

Figura 2 – Vereadoras – Faixa etária (anos).

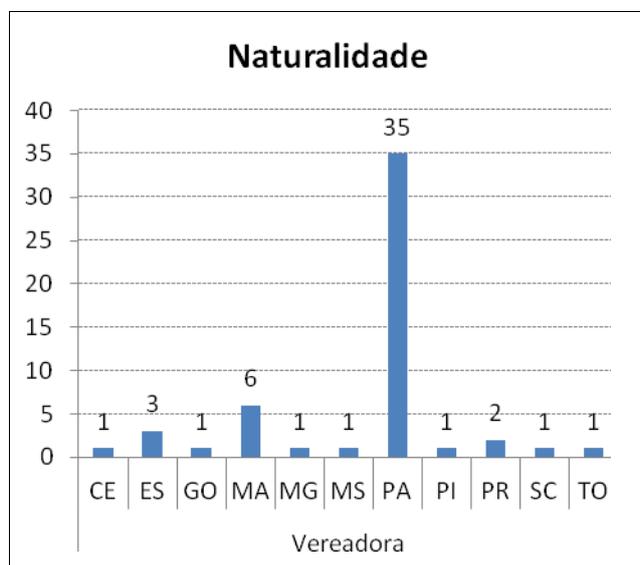


Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

As Figuras 1 e 2 indicam a faixa etária de eleitas tanto prefeitas como vereadoras na classe modal 41-50 anos. No estudo de Álvares (2004) este dado é recorrente: o maior percentual de idade entre homens e mulheres que se candidataram em dois períodos eleitorais (1998 e 2002) para os dois cargos parlamentares no Brasil se acham no intervalo entre 41 a 50 anos. O cálculo desagregado em sexo demonstra que não só as mulheres estão entrando na política na faixa de idade mais madura, mas os homens também. Em estudo mais recente de ÁLVARES, CORRÊA e BELUCIO (2012) os dados reproduzem o caso constatado para eleitos/as à Assembleia Legislativa e Câmara de Deputados ocorrendo na faixa etária equivalente - 40-49 anos.

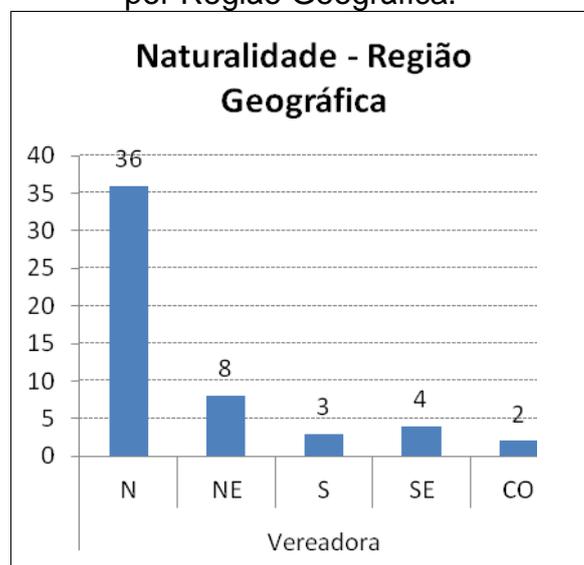
### b) Naturalidade

Figura 3 – Vereadoras – Naturalidade.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Figura 4 – Vereadoras – Naturalidade por Região Geográfica.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

A situação histórica do Pará desde os primórdios de sua colonização tende a se dar por meio das migrações. Portugueses, espanhóis, japoneses, italianos, libaneses, franceses se constituíram nos primeiros imigrantes, muitos vindos por questões políticas, outros procurando a terra para se fixar. De igual modo, não se pode esquecer que em tempos de crise muitos brasileiros de outras regiões deixaram suas cidades de origem aportando em terras paraenses fugindo da seca, do sertão, da chuva, da fome em busca da riqueza da floresta, dos rios, das terras supostamente de fácil acesso e de solo fértil, o que mostra a ação social que envolve o processo migratório.

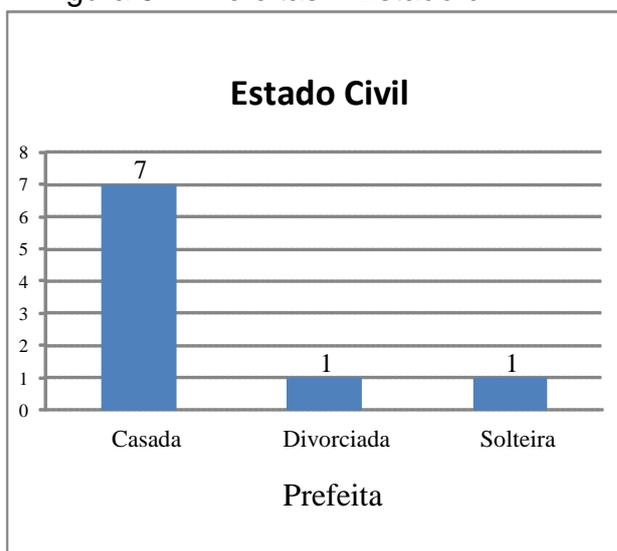
Considerando que essa questão além de ser contemporânea é política favorecendo a implantação dos chamados “grandes projetos” dos governos militares, que facilitavam a migração de cidadãos das várias regiões do país pela Rodovia Transamazônica assinalando o mito do “vazio da região”, interessou saber de onde vieram as mulheres que nesse momento estavam cumprindo um mandato de representação política em cidades paraenses. As figuras 3 e 4 demonstram que a maioria das vereadoras é da Região Norte tendo o Pará como o Estado de maior



incidência, ou seja, as eleitas são, à maioria das vezes, da própria cidade onde estão exercendo o mandato. Mas são contempladas, também, cidades das outras regiões do país, com maior ênfase para o NE, originárias do Maranhão. Quanto às prefeitas, todas são paraenses.

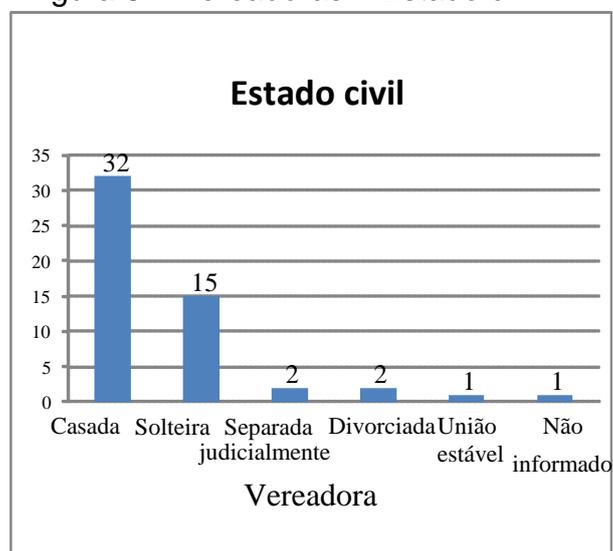
### c) Estado Civil

Figura 5 – Prefeitas – Estado civil.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 6 – Vereadoras – Estado civil.



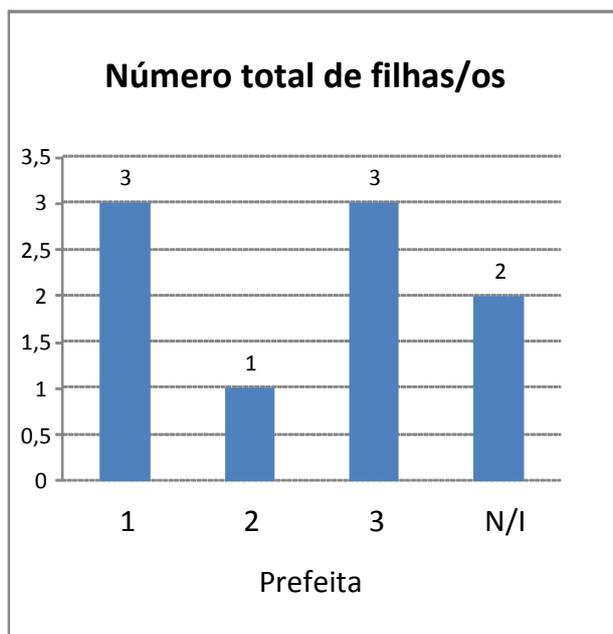
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Segundo os dados do IBGE, os padrões de conjugalidade para homens e mulheres revelaram uma queda dos casamentos desde a década de 1990, no Brasil. Houve mudanças socioculturais e institucionais na vida das mulheres e o estado civil entre brasileiros e brasileiras tem um novo status. Contudo, as figuras 5 e 6 demonstram que esse padrão não mudou para as prefeitas e vereadoras paraenses que participaram da pesquisa. O número de casadas ainda é acentuado, principalmente considerando que muitos municípios paraenses se enquadram como área rural. O fato é que o estado civil de uma “mulher na política” ainda é uma moeda comparativa da moral e da honestidade, para eleitores/as.



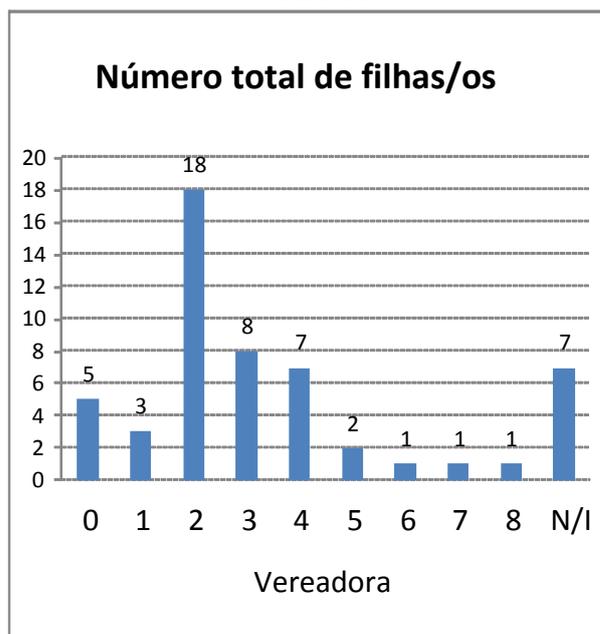
## d) Número de Filhos

Figura 7 – Prefeitas – Número total de filhas / os.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas.  
N= 9 casos

Figura 8 – Vereadoras – Número total de filhas / os.



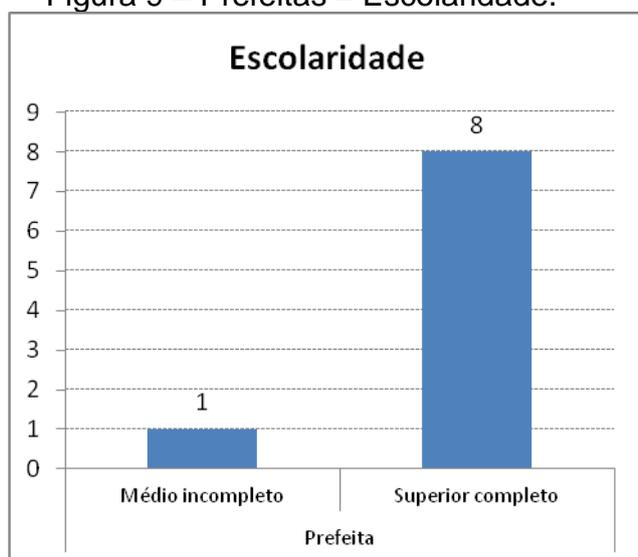
Fonte: Dados extraídos das entrevistas.  
N= 53 casos

Dados divulgados pelo IBGE em 2007, integrando os primeiros resultados da Contagem da População, apontam que as famílias brasileiras têm, em média, menos de dois filhos. Para o coordenador da pesquisa, Luís Antônio Pinto de Oliveira, os dados sinalizam três evidências: a queda na taxa de fecundidade, o aumento de pessoas que moram sozinhas e o grande número de casais idosos, cujos filhos já saíram de casa. A área rural teve uma queda acentuada da taxa de fecundidade.

As figuras 7 e 8 são representativas desses novos números do IBGE. Prefeitas e vereadoras paraenses demonstram esse novo quadro brasileiro, embora haja exceções ou mulheres com mais de 5 filhos/as.

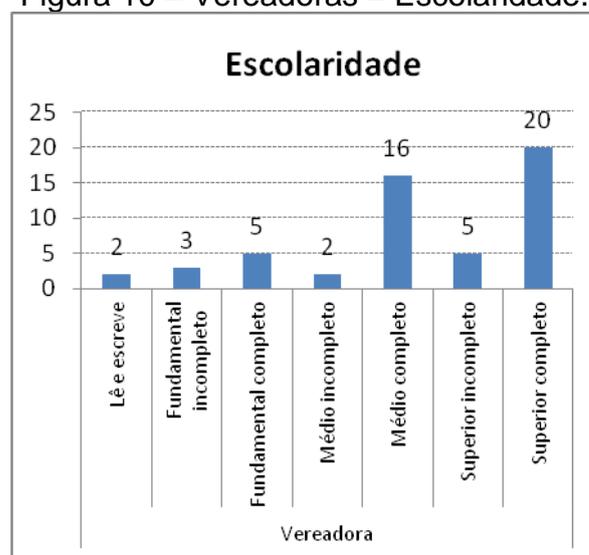
## e) Escolaridade

Figura 9 – Prefeitas – Escolaridade.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas.  
N= 9 casos

Figura 10 – Vereadoras – Escolaridade.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas.  
N= 53 casos

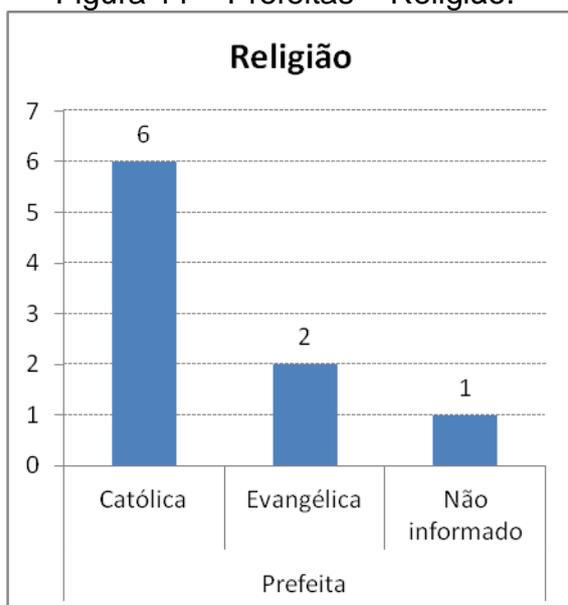
De acordo com o IBGE, em 2008, no Brasil, de cada 100 pessoas com 12 anos ou mais de estudo, 56,7 eram mulheres e 43,3 eram homens. Nesse aspecto, considerando o nível superior completo ou incompleto, a desigualdade entre homens e mulheres é ainda maior. Entretanto, a maior escolaridade feminina ainda não é uma motivação de alcance da proporção de mulheres dirigentes (4,4%) que se apresenta inferior à proporção dos homens (5,9%). Com esses percentuais, interessante observar nas figuras 9 e 10 demonstrativas de que as mulheres paraenses em cargo majoritário e parlamentar apresentam alta escolaridade. Ou seja, 20 das 53 vereadoras estão na faixa de ensino superior completo enquanto as prefeitas, das 9 entrevistadas, 8 estão nesse padrão. Em nível internacional, Lovenduski & Norris (1997) e Viegas & Faria (1999)<sup>6</sup> confirmam uma escolaridade alta, do tipo da encontrada entre as brasileiras, na composição dos parlamentos de países ocidentais.

<sup>6</sup> Cf. Viegas & Faria, 1999. A abordagem feita pelos autores procura recuperar a feminização da escolaridade, ocupações e outros componentes dos antecedentes sociais das mulheres portuguesas, que segundo eles, pode contribuir para o crescimento do número de mulheres no parlamento.



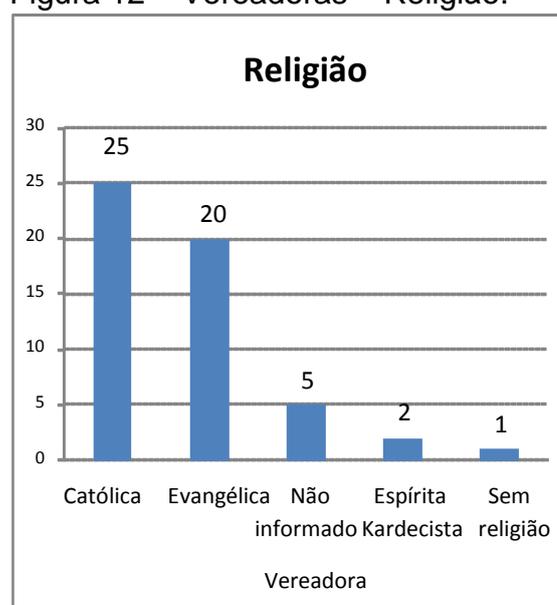
## f) Religião

Figura 11 – Prefeitas – Religião.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 12 – Vereadoras – Religião.



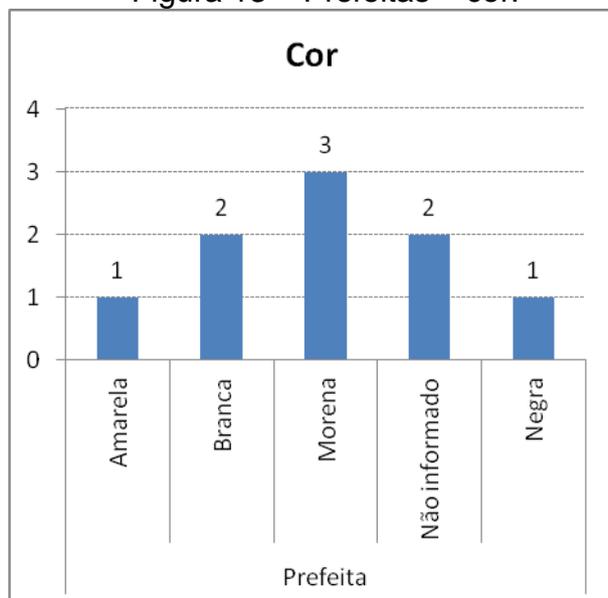
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

A ideologia religiosa sempre foi uma peça-chave no prestígio social de candidatas/os, sendo instigativa para outras questões que estão sendo debatidas em nível do legislativo sobre a questão do aborto, por exemplo, e, principalmente, sobre a diversidade social ampliada, inscrevendo-se demandas em direitos humanos de grupos minoritários pautados por definições de gênero, raça, orientação sexual, pessoas com deficiências e idosos. Como veem essas minorias ainda tem sido um processo religioso e não só social. Comenta-se sobre o envolvimento político cristão de candidatos/as em campanha onde a evidência de sua atuação política diante dos eleitores passa pela convicção destes em identificarem as reservas religiosas desses candidatos. Católicos e evangélicos estão hoje dividindo prestígio. E onde fica a opção das mulheres no poder? Nas figuras 11 e 12 observa-se a recorrência a uma ética religiosa ancestral. O predomínio é da religião católica, mas esta vem seguida dos evangélicos.



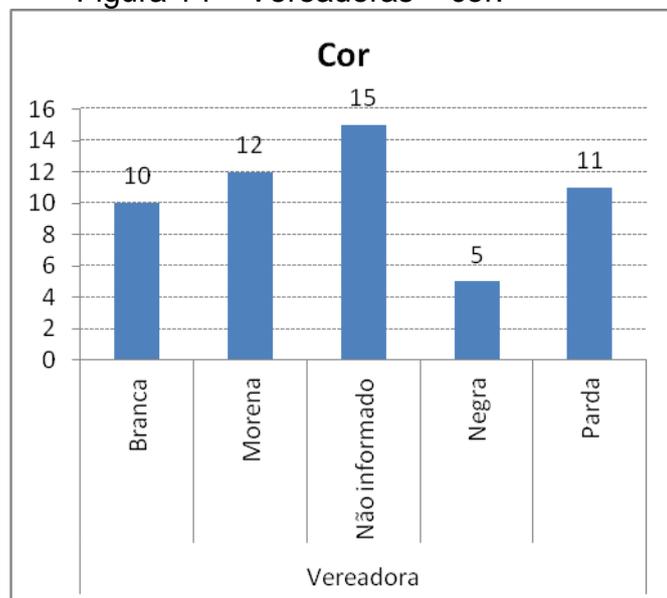
## g) Cor

Figura 13 – Prefeitas – cor.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 14 – Vereadoras – cor.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

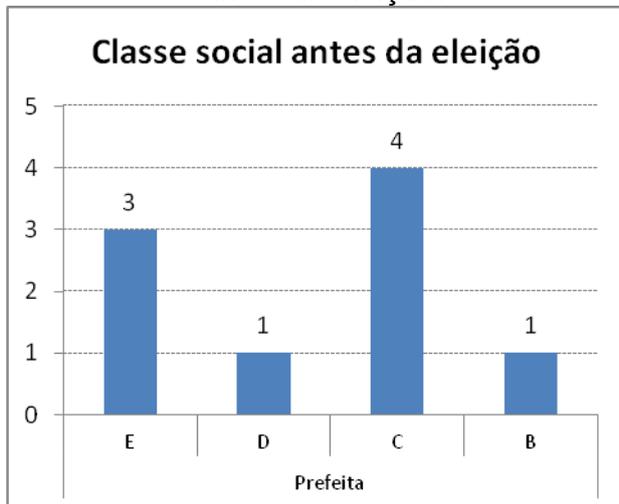
A variável cor tem sido pouco frequente no levantamento que é feito nos estudos sobre o perfil das/os políticas/os brasileiros. E em se tratando das mulheres, esse dado dificilmente flui em pesquisas. Qual é a cor das mulheres que assumem uma cadeira parlamentar e/ou no executivo municipal? A inclusão desse item foi resultado da provocação de uma questão levantada por uma ativista do movimento negro paraense, em um simpósio sobre democracia, promovido pelo GEPEM/UFGA. Naquele momento (maio/2011) não havia respostas. Outro elemento instigante estava no 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Item V - Participação das mulheres nos Espaços de Poder; e V - Objetivo específico – Estimular a ampliação da participação das mulheres indígenas e negras nas instâncias de poder e decisão ratificadas no debate e resoluções da 3.ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, dezembro 2012<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Em notícia de 19/01/2013 o jornal Diário Popular (Fonte Agencia Brasil) informa: “Segundo o TSE, a sugestão de agregar ao sistema de registro de candidaturas a opção para o candidato declarar a sua cor foi encaminhada ao grupo de estatística, que está analisando a viabilidade e o formato da produção desse dado para as Eleições 2014”. Cf. <http://www.diariopopular.com.br/> Acessado em 07/04/2013 .

O início das entrevistas para uma nova pesquisa incluiu a seguinte questão: ‘Em relação à cor da pele como você se declara?’ Note-se na Figura 13 que entre as prefeitas não houve resistência à pergunta, somente duas não informaram, enquanto três se disseram morenas. Mas entre as vereadoras, Figura 14, esse item se tornou difícil, pois mais de uma vez foi solicitada a informação, mas não houve resposta. Houve o caso, também, de a pergunta não ter sido solicitada pelo/a entrevistador/a.

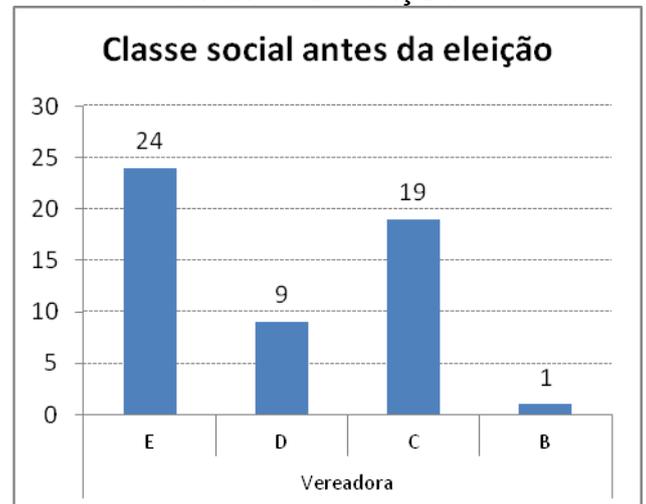
## h) Classe Social

Figura 15 – Prefeitas – Classe social antes da eleição.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 16 – Vereadoras – Classe social antes da eleição.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

O padrão de classe social de eleitos e eleitas aos cargos de representação política é investigado por expertises da ciência política principalmente por meio dos custos de campanha que são declarados pelos candidatos/as ao TSE. A trama do financiamento envolve o reconhecimento, às vezes a olho nu, da comparação entre esses dados declarados e o tipo de campanha desenvolvido ao tempo eleitoral por esses/as atores sociais. O compromisso deste estudo tem outra vinculação embora a expectativa seja a de verificar o trânsito das mulheres eleitas no percurso de sua vida antes e depois do mandato. No primeiro caso, verificando o padrão social familiar até o início de sua entrada nas relações de trabalho e na profissão destacados nas entrevistas. No segundo caso, considerando o salário na representação política e os acúmulos atribuídos pela ocupação que declarava. A



medida estabelecida para essa verificação foi extraída da classificação do IBGE, para as classes sociais, conforme as faixas salariais representadas pelas letras: A, B, C, D e E. Essa contabilização das classes que faz o Instituto considera o número de salários mínimos que entra na renda, por exemplo:

Quadro 14 – Classes sociais conforme as faixas salariais.

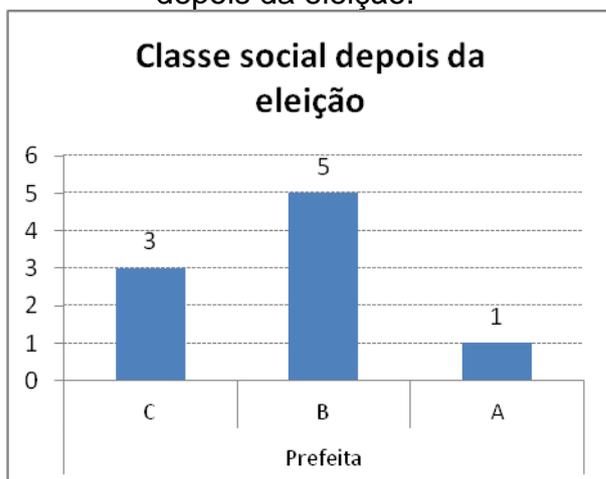
| Classe | Salários Mínimos (s.m.) | Renda Familiar (R\$)      |
|--------|-------------------------|---------------------------|
| A      | Acima de 20 s.m.        | Acima de R\$ 10.200       |
| B      | Entre 10 e 20 s.m.      | De R\$ 5.100 a R\$ 10.200 |
| C      | Entre 4 e 10 s.m.       | De R\$ 2.040 a R\$ 5.100  |
| D      | Entre 2 e 4 s.m.        | De R\$ 1.020 a R\$ 2.040  |
| E      | Até 2 s.m.              | De R\$ 0 a R\$ 1.020      |

Fonte: <http://classe-social.info>

\* Quadro baseado no salário mínimo a R\$ 510,00 de 2010.

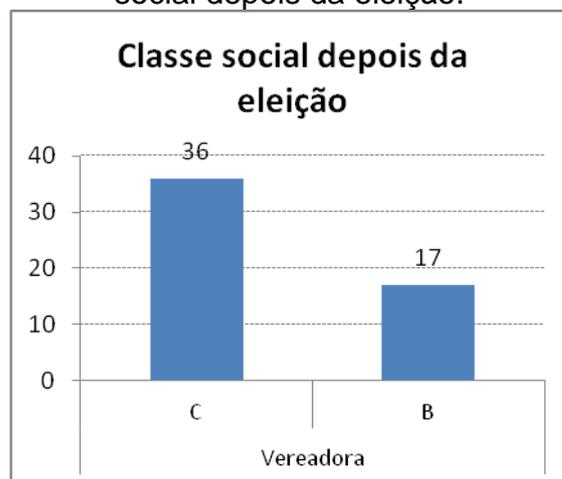
É notório que entre as prefeitas a perspectiva de sua classe social antes das eleições ficou configurado o padrão C e depois alcançou o padrão B, enquanto as vereadoras iniciaram em E subindo ao patamar C. Há exceções.

Figura 17 – Prefeitas – Classe social depois da eleição.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 18 – Vereadoras – Classe social depois da eleição.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos



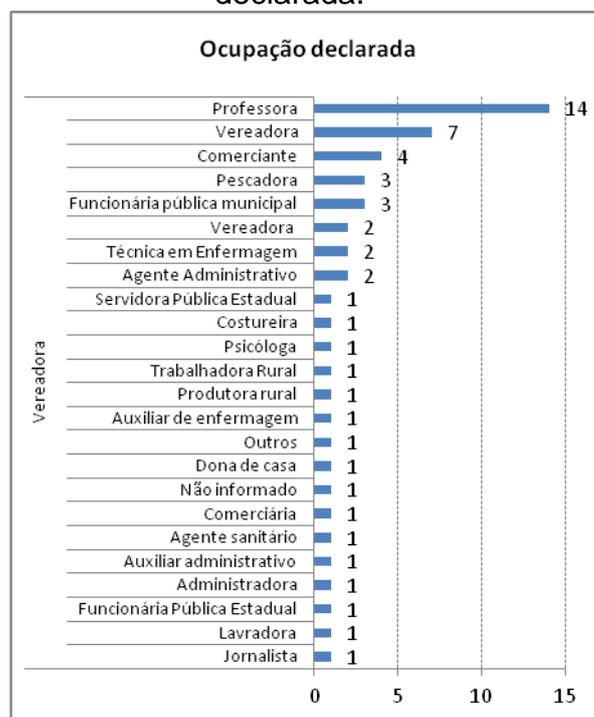
## i) Ocupação declarada

Figura 19 – Prefeitas – Ocupação declarada.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 20 – Vereadoras – Ocupação declarada.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

O teórico político Mattei Dogan (1999) reconhece que em algumas profissões há um processo de osmose entre a de “político” e a que o competidor tinha anteriormente<sup>8</sup>. Mas, à medida que o advogado, o servidor público, o professorado, assumem uma carreira política, há uma definição da situação ocupacional. Para uma aceção sobre essa questão, foi proposta uma comparação entre o registro na ficha do TSE quanto à ocupação/profissão das entrevistadas e a sua versão em torno do que se configurava para elas esse registro, ou seja, a primeira lembrança sobre a profissão que exercia foi o mote para construir esta figura. Interessava saber se havia evidências de que a representação política se configurava uma profissão para as eleitas. O que ficou comprovado é que apenas uma prefeita autodeclarou o cargo ocupado como sua profissão, com 7 vereadoras no mesmo enfoque. Outro ponto

<sup>8</sup> “Le phénomène d’osmose n’atteint pas les sommets: ce ne sont pas les plus grands industriels que siègent au parlement, ni les plus grands journalistes, ni les patrons des hôpitaux, ni les célébrités des arts et des lettres, ni les syndicalistes les plus influents, ni les grands penseurs, ni les hommes les plus fortunés de France ». Cf. Dogan, 1999, p. 175.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



interessante é a declaração ocupacional de dona de casa entre estas últimas. Álvares (2004) já havia revelado essa categoria como integrante dos dados do TSE. Hoje, com as atribuições legais dessa ocupação, o vínculo com o registro se torna muito mais forte. Veja-se que nas eleições de 2012, no Brasil, 26 donas de casa ocuparam prefeituras enquanto que 449 passaram a exercer cargos de vereadora.

## 2. Trajetória Política

### a) Ativismo cívico

O conceito de ativismo político é multifacetado. Pode ser um processo de militância ou ação continuada com vistas a garantir um bem público e com isso, uma mudança social. Ou pode se tratar de uma ação de protesto que leve ao terrorismo. A aplicação deste conceito no presente trabalho quer avaliar quais grupos de ação voluntários fazem/fizeram parte da agenda das mulheres na política em estudo e contribuíram para o reconhecimento de sua liderança dando visibilidade à sua participação na vida pública.

Para Norris (2007)<sup>9</sup> “a importância da sociedade cívica e associações voluntárias como vitais à essência da democracia” foi enfatizada por teóricos desde Tocqueville a John Stuart Mill, de Durkheim, Simmel e Kornhauser. Essas associações cívicas têm exercido sua capacidade de realizar múltiplas funções percorrendo os hiatos onde falham o estado e o mercado.

Para essa autora, as teorias de capital social vinculadas às sociedades cívicas são originárias das ideias de Pierre Bourdieu e James Coleman, que enfatizaram “a importância de vínculos sociais e normas compartilhadas para o bem-estar social e a eficiência econômica”. Ressalta que Robert Putnam ampliou esta noção em “Bowling alone” (2000) ao ligar a noção de capital social ao valor representado pelas associações cívicas e organizações voluntárias na participação política e na eficácia da governança.

<sup>9</sup> Norris, Pippa. *Democratic Phoenix: political activism worldwide*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007. O texto, contudo, de onde foram extraídas estas citações, foi baixado em 2003 da home page da autora [www.pippanorris.com](http://www.pippanorris.com) com indicação da própria.





Figura 21 – Prefeitas – Participação em movimento estudantil.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 22 – Vereadoras – Participação em movimento estudantil.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

A avaliação das Figuras 21 e 22 quanto à participação de prefeitas e vereadoras em movimento estudantil mostra que nos dois casos a maioria informa não ter tido essa experiência. Há um ponto que deve ser evidenciado referente a história escolar dessas mulheres, em especial as vereadoras: a lembrança que têm da dificuldade em frequentar a escola, depois, o ensino médio e o curso universitário.

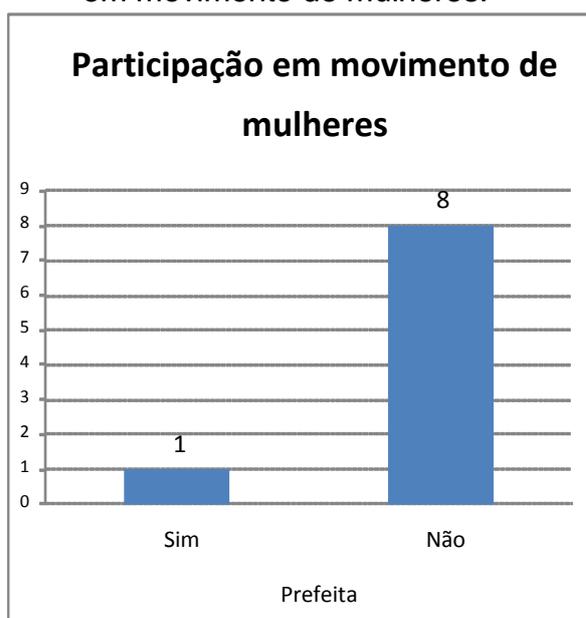
O depoimento da Prefeita de Altamira (PA), Odileide Sampaio, dá uma noção sobre isso. Não é um caso isolado, há muitas outras que confirmam essas dificuldades:

Não, eu nunca participei de movimentos, até porque eu não tinha tempo. Eu estudava e ajudava a minha mãe em casa para fazer os bolos e ainda ajudava a vender. (...) Naquele tempo Altamira não tinha energia, a gente enxergava com lamparina, as pessoas que tinham condições, era o candeeiro e meu sonho era comprar um candeeiro para minha mãe. (...) Eu não tinha tempo de fazer os meus deveres durante o dia, fazia a noite e a fumaça da lamparina saía preta do meu nariz.



Outras entrevistadas informam que eram líderes na sala de aula, eram chefes de turma. E assim é possível ver que a maioria não tinha esse engajamento.

Figura 23 – Prefeitas – Participação em movimento de mulheres.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 24 – Vereadoras – Participação em movimento de mulheres.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

O engajamento nos movimentos de mulheres também é baixo. Na pesquisa sobre a relação entre as associadas desses movimentos e o processo eleitoral<sup>11</sup> constatou-se que embora haja um percentual significativo de associadas desses movimentos filiadas aos partidos (58,77%), contudo, nas eleições de 2008, muito poucas ofereceram seu nome ou foram indicadas/selecionadas/recrutadas para sair candidata. Na monografia “Mulheres nos Espaços de Decisão Política: um estudo de caso das candidatas a vereadoras à Câmara Municipal de Belém nas eleições de 2008”<sup>12</sup>, trabalho ligado ao referido projeto, do resultado de entrevistas com sete candidatas à Câmara Municipal de Belém, constatou-se que “(...) as duas que foram eleitas, apresentavam destaque em seu capital político e pessoal, mas, (...) seus méritos não vinham do engajamento em movimentos sociais, sindicais, associações

<sup>11</sup> Cf. o Projeto de pesquisa e o relatório final “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”. CNPq, 2008.

<sup>12</sup> Cf. Palheta, Sandra. TCC, 2009.



de mulheres e do terceiro setor. Supõe-se, então, que os partidos demandam as lideranças femininas locais para a competição eleitoral, mas estas nem sempre são formadas originariamente nos movimentos sociais e de mulheres.

Figura 25 – Prefeitas – Participação em movimento de igreja.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 26 – Vereadoras – Participação em movimento de igreja.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Este vínculo, das prefeitas e vereadoras também é baixo no ativismo religioso, embora se reconheça a presença delas em cultos nas diversas igrejas. Interessante que nos primórdios da luta pelo direito do voto feminino, uma das argumentações para excluí-las era devido à sua proximidade com os padres da igreja que certamente dirigiriam o voto que elas deveriam dar aos candidatos. Mas quanto a uma ação em movimentos, poucas se inscrevem para exercê-los devido a um fato: a sedução ao eleitorado. Há depoimentos em que estas dizem ser católicas, mas frequentam qualquer outra igreja seja evangélica ou não justificando serem representantes do povo. Uma das que se mostra integrante de movimentos é a vereadora de Ananindeua, Raymunda Rocha Teixeira ou Pastora Ray, que observa sobre sua presença num movimento que se transformou em trabalho social:





é para “pessoas da comunidade, na área da saúde”. Clara Bemerguy (Ulianópolis) refere: “Na secretaria de saúde desenvolvo atividades assistenciais e já há algum tempo distribuo sopa aos necessitados no programa ‘Anjos da Esperança’”.

O depoimento da vereadora Laurinda Mota Moraes (Belterra) é sugestivo do que representa para ela este tipo de ativismo:

Então todos os anos a gente reunia as famílias mais carentes e contribuía com cesta básica. Foi o primeiro ponto que a gente contribuía antes de usar os jovens. Depois nós trabalhamos com os jovens, e eu acredito que a nossa forma de trabalho, a nossa postura perante as pessoas, ninguém tem o que reclamar de mim, eu nunca fui uma pessoa, sei lá, eu queira ser diferente, mas eu acho que tenho algumas qualidades (...)

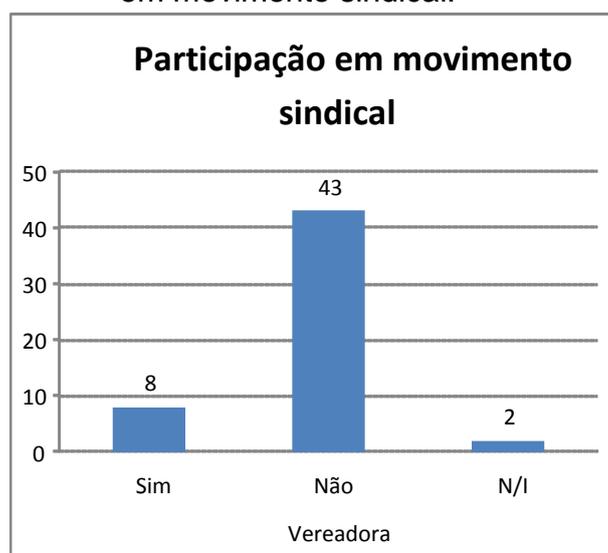
Sabe-se que o movimento comunitário expandiu sua forma estratégica de luta, não é mais uma ação assistencial, nem um movimento meramente reivindicativo, tornando-se um movimento político, priorizando as causas sociais, considerando que as lutas específicas devem se integrar às lutas políticas. Papel avançado de fortificação da ação contribuindo para a emancipação social. Contudo, não é essa a visão das eleitas entrevistadas, como se vê.

Figura 29 – Prefeitas – Participação em movimento sindical.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 30 – Vereadoras – Participação em movimento sindical.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 caso

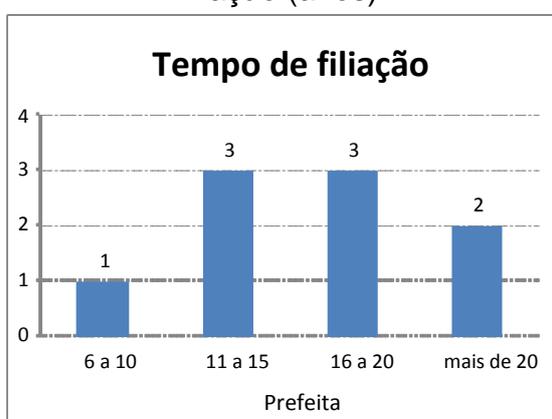
Nenhuma prefeita e 43 vereadoras dizem não participar do movimento sindical. Interessante esta referência devido o fato de que entre as primeiras há uma



professora enquanto entre as vereadoras 14 se definiram nessa ocupação. Deduz-se que o sindicato dos professores não convenceu as professoras que foram entrevistadas da importância que é essa forma de ação para conseguir fortalecer a categoria.

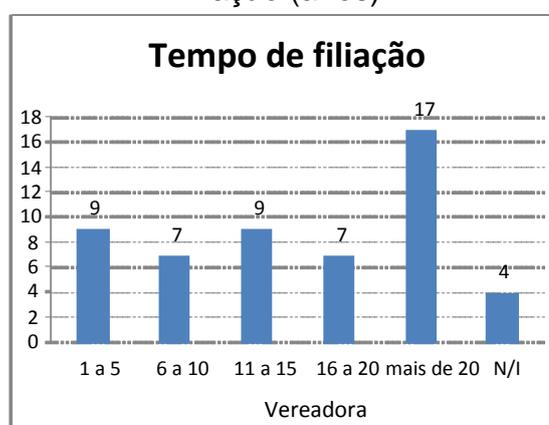
### Trajelórias partidárias

Figura 31 – Prefeitas – Tempo de filiação (anos).



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 32 – Vereadoras – Tempo de filiação (anos).



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

A filiação partidária provê o contingente de membros aptos a concorrer em uma eleição. Mas nem todos os que aderem ao partido têm como motivação a disputa por um cargo, embora um grande número dê suporte institucional às exigências para a formação da base do partido<sup>13</sup>. Em estudos de Álvares (2004; 2008) é possível observar o percentual de filiados/as nos partidos, demonstrando que há uma proporção menor de mulheres filiadas. Quanto ao período de tempo da filiação, é um dado difícil de analisar, salvo num estudo de caso, pois vai importar no tratamento das datas em que o/a cidadão/a se filiou. No caso deste estudo a argumentação dos/as entrevistadores/as incidiu sobre uma questão chave: qual o partido da primeira filiação. Não só a legenda era mencionada como o período em que houve a adesão partidária. Dessa forma, um outro componente se integrou às informações: o tempo. Nas Figuras 31 e 32 vê-se que as prefeitas e as vereadoras

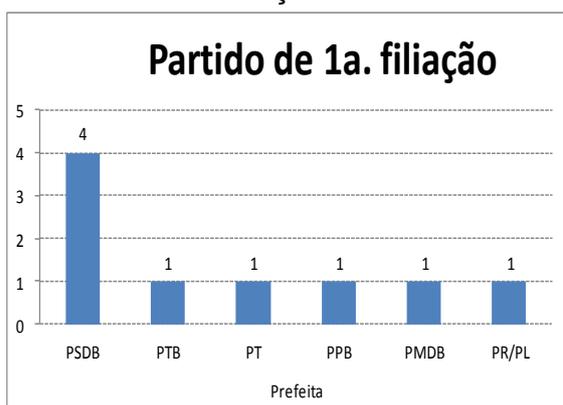
<sup>13</sup> Sobre as regras para o funcionamento de um partido, cf. a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 5682/71 – c/ adaptações pela Lei 9096/95, principalmente os Art. 7º e 8º.



apresentam mais de 20 anos de afiliação partidária. O que demonstra, considerando as figuras da faixa etária (acima) que o seu ingresso no partido foi ainda na juventude.

As Figuras 33 e 34 referentes ao primeiro partido da filiação da entrevistada repercutem circunstâncias políticas com variações. Embora a ênfase seja a uma situação histórica de primeira adesão a um dado partido, no caso das prefeitas, o PSDB, e das Vereadoras, o PMDB, essa informação não acompanha as migrações partidárias que ocorreram ao longo do processo de competição eleitoral em que essas mulheres participaram.

Figura 33 – Prefeitas – Partido da 1ª filiação.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

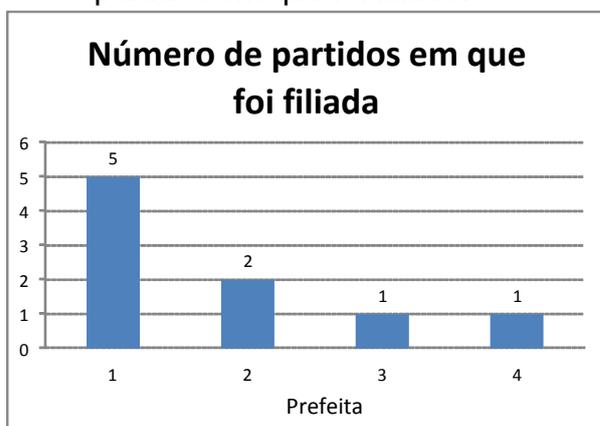
Figura 34 – Vereadoras – Partido da 1ª filiação.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

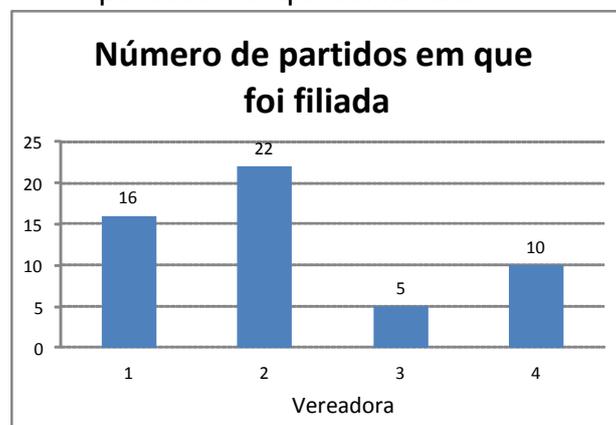


Figura 35 – Prefeitas - Número de partidos em que foi filiada.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 36 – Vereadoras - Número de partidos em que foi filiada.



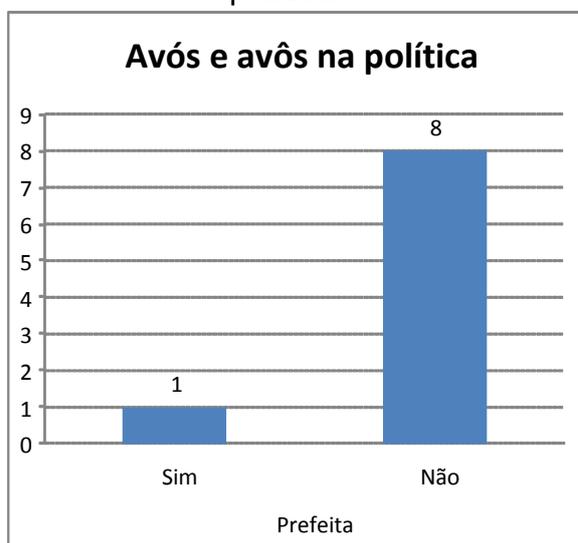
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Veja-se, nas Figuras 35 e 36, como se dá a migração partidária. Entre as prefeitas a maioria se manteve em um só partido, mas ao menos uma já circulou em quatro agremiações partidárias. Quanto às vereadoras mostram uma dinâmica migratória bem mais efetiva. Se 16 se mantiveram em um só partido, 37 já percorreram várias legendas. E pelo que se observa da leitura da história de vida dessas mulheres, o jogo político envolve não só a simpatia para esses deslocamentos, mas os interesses tanto das lideranças quanto delas próprias em assumir outras legendas com o objetivo de garantir quociente partidário em uma eleição. Há, também, o caso de expulsões e elas procuram outro partido para se filiar em tempo hábil para uma próxima competição. Outros casos são devidos a conchavos políticos pré-eleitorais a que elas são envolvidas pelos dirigentes partidários.

### 3. Trajetória Familiar

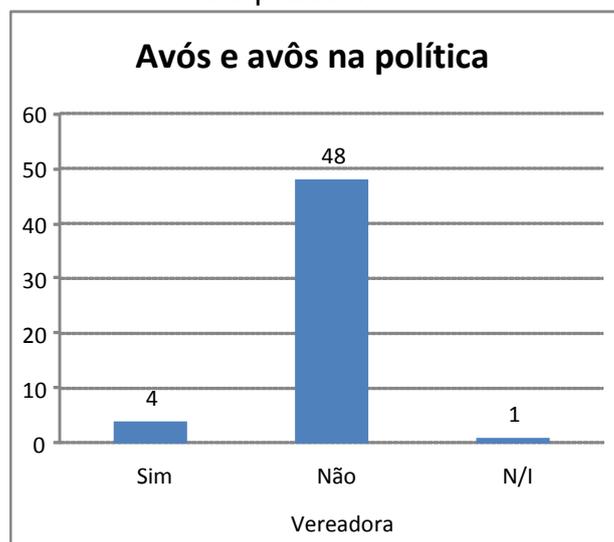


Figura 37 – Prefeitas – Avós e avôs na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 38 – Vereadoras – Avós e avôs na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

A família tem sido fonte de recrutamento de políticos/as. Pais e filhos/as têm reproduzido, no Brasil, uma rede de transmissão da herança política, fortalecendo a dimensão oligárquica de grupos familiares. Ontem androcêntrica, hoje mais adaptada às circunstâncias<sup>14</sup>, a capacidade destes grupos em fortalecer suas bases de poder por meio do sangue (hereditariedade) tem sido alargada para incluir a mulher e, dentro das limitações mantidas na racionalidade do contexto privado para este gênero (domesticidade, maternidade), ela tem contribuído na linhagem política familiar.

O aspecto da “herança política” tem concorrido para fomentar a manifestação de carreiras políticas. Isso originou o investimento em uma questão que abrangesse a variável trajetória familiar, ramificação da trajetória pessoal do/a candidato/a. Assim, a identificação de um ou mais “políticos” na família das eleitas intencionou avaliar a existência de fatores familiares impulsionando a sua carreira política,

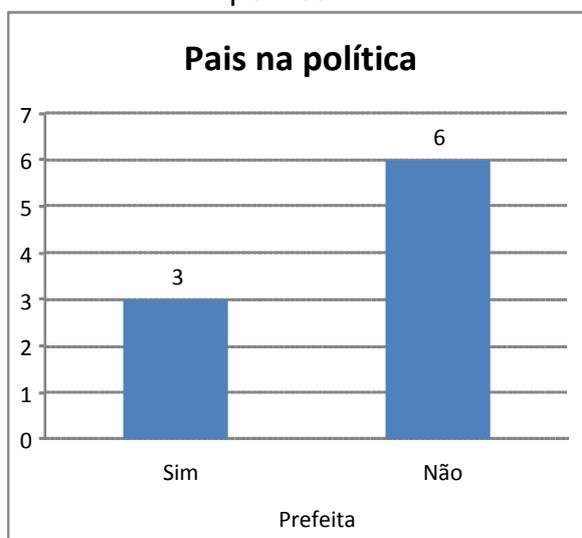
<sup>14</sup> O patriarcalismo perdeu a força e a subversão dos costumes integrou a mulher em outros cenários dos quais ela era excluída. “Perder a força” não quer dizer “extinção” radical deste regime social.



indicando que a motivação pessoal pelo cargo eletivo teve um componente de parentesco.

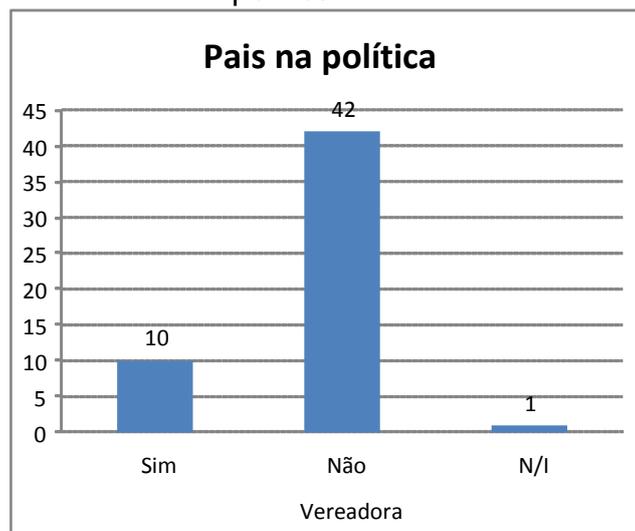
O outro padrão de carreira na linhagem familiar é a vinculação de antepassados com os/as candidatos/as e eleitos/as. Observe-se que a Figura acima aponta uma desvinculação entre as eleitas e sua rede parental de ancestrais na política. Isto sugere que embora não haja uma vinculação passada, há um elo atual que assegura as camadas contemporâneas um “rito de passagem” por meio de parentes mais próximos.

Figura 39 – Prefeitas – Pais na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 40 – Vereadoras – Pais na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

A carreira política é construída numa sequência temporal e estrutural de fatores acumulados (capital social) da vida dos indivíduos. No caso específico deste item, interessou averiguar se as relações familiares (um destes fatores) se agregaram à carreira política das entrevistadas e se tiveram peso em seu êxito. Observa-se que não há motivação nesse percurso exitoso. Contudo é de notar que



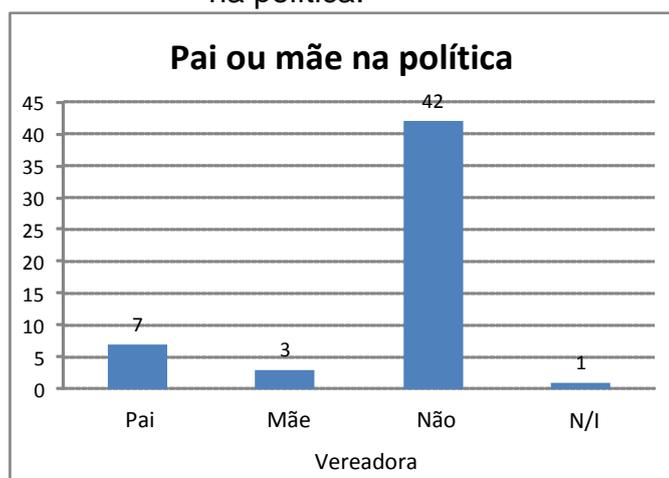
entre as vereadoras 18.86% delas manteve afinidade com seus pais na ascensão política, enquanto as prefeitas 33,3% teve contributo deles.

Figura 41 – Prefeitas – Pai ou mãe na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 42 – Vereadoras – Pai ou mãe na política.

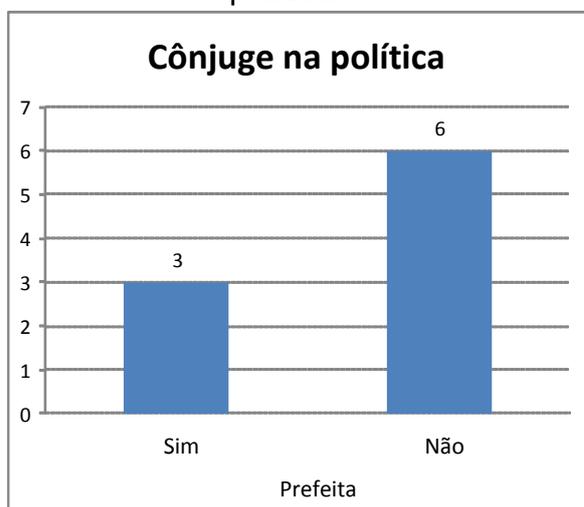


Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Nestas figuras acima vê-se que foi o pai de 3 prefeitas (33,3%) e de 7 vereadoras (13.2%) que contribuíram com a carreira política delas. Mas não se deve descartar também a referência às mães que entraram com 5.7% (3/53x100) de seu capital político no percurso das vereadoras.

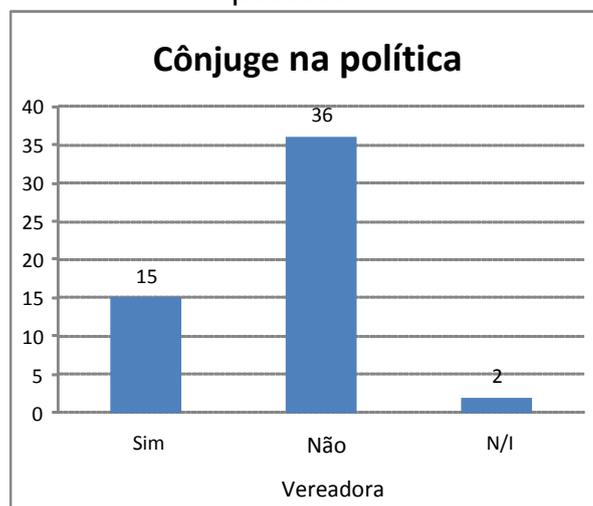


Figura 43 – Prefeitas – Cônjuge na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 44 – Vereadoras – Cônjuge na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Os maridos aqui se evidenciaram. Entre as prefeitas, 3 tiveram o apoio do marido que já havia assumido um cargo eletivo, enquanto entre as vereadoras a cota foi maior, 15 disseram da importância do cônjuge na sua carreira, o equivalente a 28,3% do total.

Diz Ana Alice Costa (1998, p. 158) sobre as “donas do poder” da Bahia:

... a grande maioria das mulheres eleitas para as prefeituras e câmaras municipais (como também o número significativo das eleitas para a Câmara Federal) pertence a uma família de políticos. (...) Os maridos de 62,5% das prefeitas já haviam sido prefeitos no mesmo município; o pai de 50% havia exercido a mesma função anteriormente. Uma prefeita tinha o pai, o avô e o bisavô eleitos prefeitos em vários mandatos; o pai de outra havia sido prefeito e vereador, um tio deputado federal e estadual por duas vezes em cada função e outros tios e o avô haviam sido vereadores. Este é um “costume” que vem desde o período colonial no Brasil. O controle do poder local é a garantia não só de uma base eleitoral, instrumento de intercâmbio nas negociações das regalias, cargos, recursos financeiros no âmbito estatal e federal. É fundamentalmente a manutenção do controle privado sobre o aparelho e os recursos públicos do município.

O desdobramento da análise para esclarecer o grau de parentesco dos/as que confirmaram a presença de familiares na política, apontou alguns parentesco-chave da entrada de algumas das mulheres na competição eleitoral, destacando-se o marido. Outros, entretanto, não fizeram a diferença.



Figura 45 – Prefeitas – Filhas/os na política.



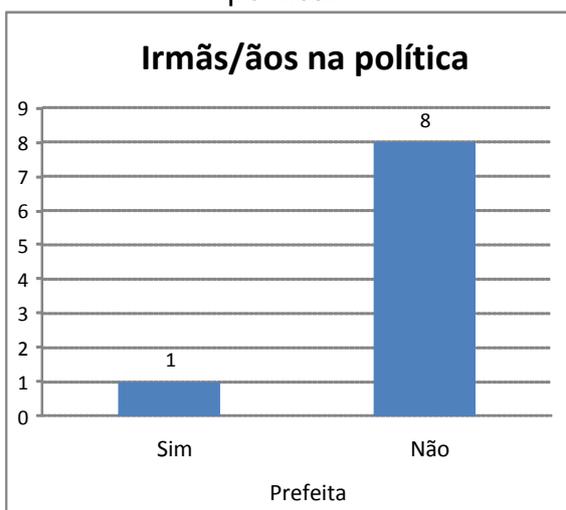
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 46 – Vereadoras – Filhas/os na política.



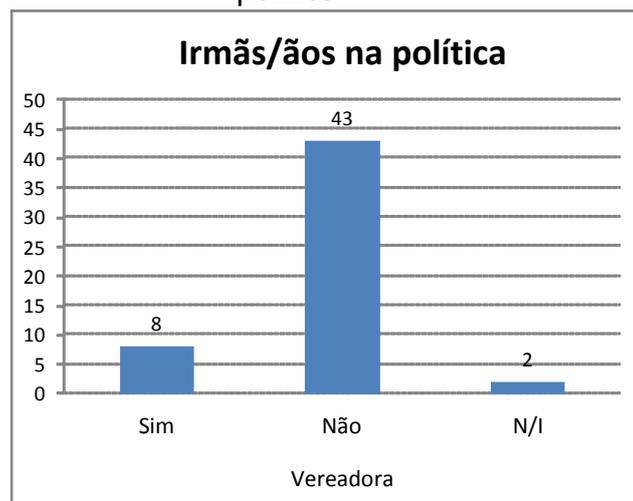
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Figura 47 – Prefeitas – Irmãs/ãos na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

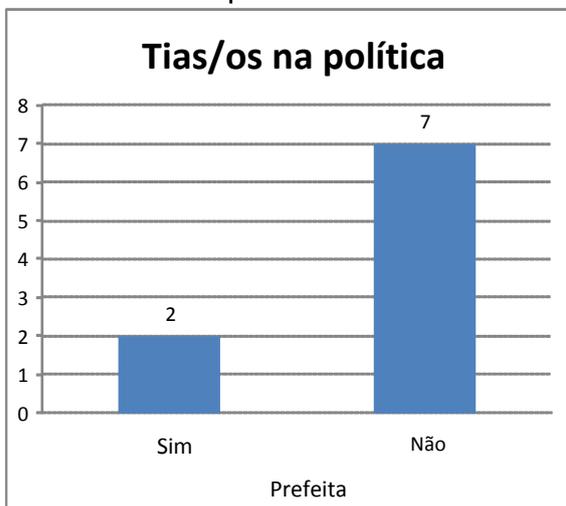
Figura 48 – Vereadoras – Irmãs/ãos na política.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 cas

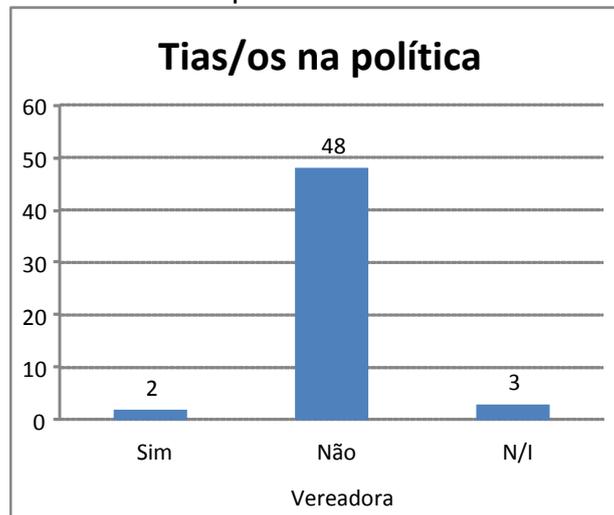


Figura 49 – Prefeitas – Tias/os na política.



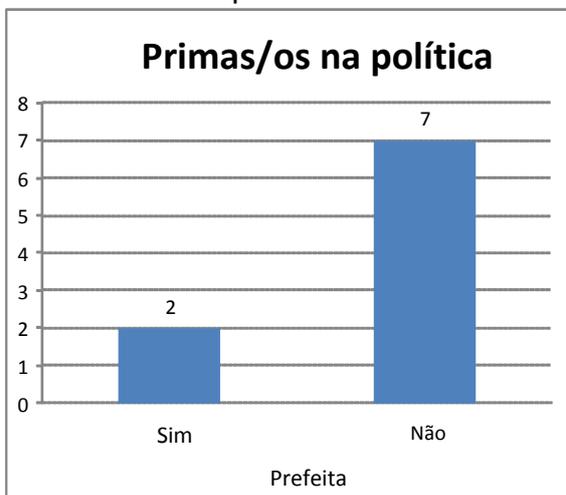
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 50 – Vereadoras – Tias/os na política.



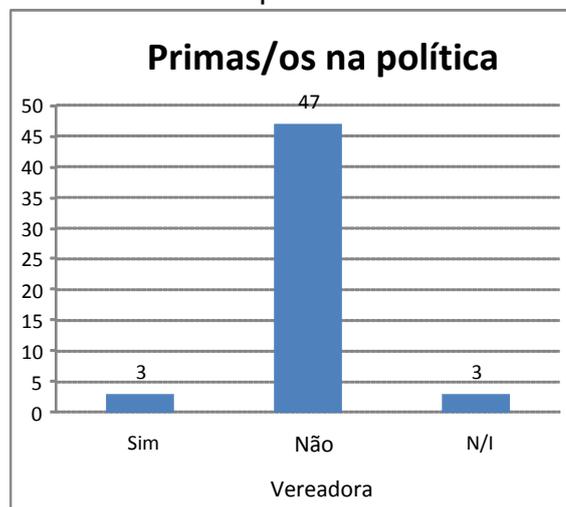
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Figura 51 – Prefeitas – Primas/os na política



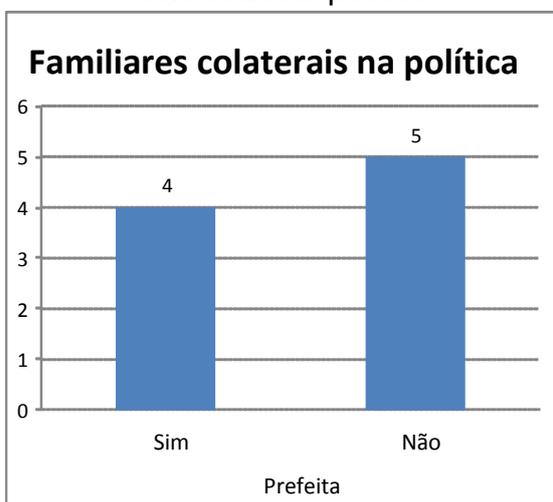
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 52 – Vereadoras – Primas/os na política



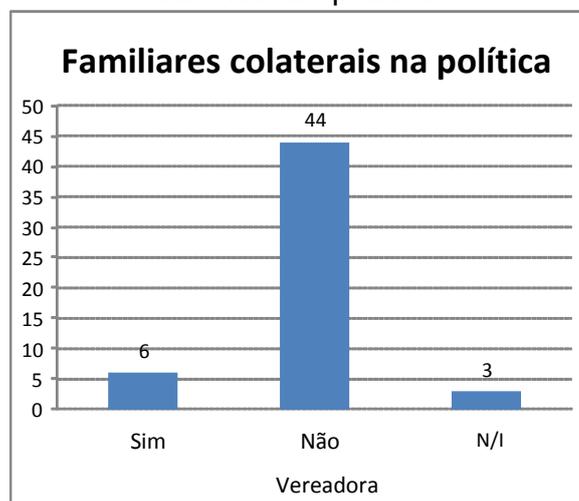
Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Figura 53 – Prefeitas – Familiares colaterais na política



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 54 – Vereadoras – Familiares colaterais na política



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

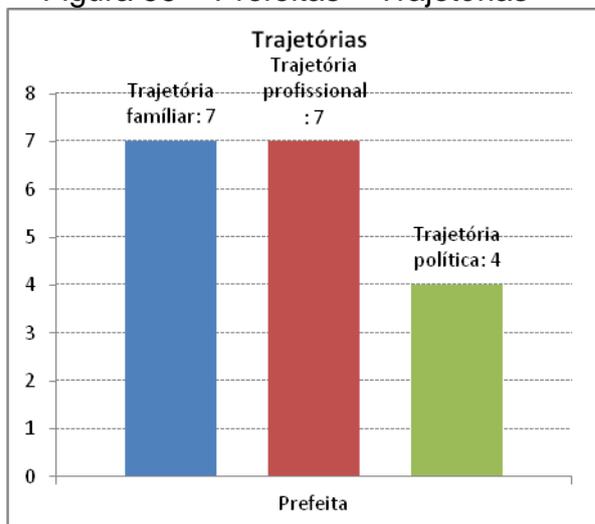
Vê-se que entre os familiares colaterais há mais contributos do que outros como filhos irmãos, tios e primos. Uma cunhada ou um cunhado prefeito/a ou vereador faz a diferença no jogo político, como foi o caso de Isailene Sousa (São João do Araguaia):

A minha cunhada era prefeita, naquele tempo eu fazia parte do nepotismo, naquele tempo a minha cunhada exagerou, mas assim eu fui, mais pela questão de me sentir útil, como ela estava implantando quase toda estrutura administrativa então ela foi muito taxativa ela disse assim: olha, eu vou arrumar um emprego para ti ficar recebendo e ficar em casa. Eu disse: negativo. Ai eu vi que tinha umas pastas que praticamente não existiam, só tinha uns papeis lá, que era da saúde. Eu comecei tudo, mas foi um desafio que realmente, deu trabalho. Foi daí que começou a minha inserção na política, porque é um cargo altamente político, você trabalha política social direta e isso te dá um retorno.



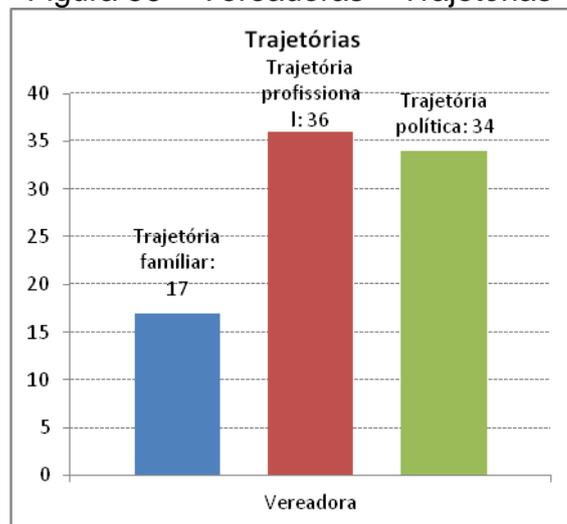
## 4. Síntese das Trajetórias

Figura 55 – Prefeitas – Trajetórias



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 56 – Vereadoras – Trajetórias



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Considero que a motivação dos/as candidatos/as para concorrer está em razão do acúmulo de experiência pessoal em três áreas de suas trajetórias, com clareza de explicar qual destas áreas teria sido mais importante. Para efeito de avaliar a atribuição das eleitas sobre qual destas áreas tivera mais prestígio nesse registro, foi apresentada uma questão cujo script fazia referência a isso.

O *script* relacionando as três áreas mais importantes da formação de uma carreira pessoal com direito à motivação para avançar nessa carreira e/ ou ser valorizado pelo partido para concorrer, demonstrou a categorização de um padrão de atividades que torna aptas as pessoas para a competição eleitoral. São fatores que afetam a expectativa pessoal como também a base do eleitorado que por estas nuances compara e diferencia quem será o bom candidato/a daquele/a que nada oferece em troca. Se o contexto institucional proporciona a qualificação para um/a cidadão/ã se apresentar para concorrer, o contexto cultural oferece as habilidades propícias para serem avaliadas pelos “consumidores”.

Dessa forma, questões argumentativas sobre esse acúmulo de capital social via trajetórias se tornou eficaz para uma nova fase de pesquisas. Assim, levantaram-

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



se as seguintes observações: como uma pessoa se torna candidato ou candidata num processo eleitoral no Brasil? Há padrões determinantes de seleção entre os concorrentes a uma vaga na lista partidária onde são inscritos os/as demandantes a um cargo parlamentar e ou majoritário, numa eleição? Quais recursos pessoais deste/a competidor/a têm maior influência na composição da lista? Havendo um padrão seletivo de candidaturas, qual o caminho a ser seguido para a garantia da seleção do eleitorado? Quais recursos pessoais e coletivos apresentados por homens e mulheres têm maior influência nesse mercado político? Qual o padrão de carreira das mulheres candidatas? Quais evidências de antecedente social centrado nos níveis de sua carreira profissional ou traduzidos pela dimensão familiar favorecem estes/as jogadores/as no mercado eleitoral?

Estas questões têm sido analisadas desde 2004 em estudos desta pesquisadora, considerando a importância dos antecedentes sociais demonstrativos das trajetórias pessoais desses atores políticos. Para esta pesquisa extraiu-se a variável dependente – trajetórias pessoais (políticas, familiares, profissionais) das mulheres eleitas nas eleições municipais de 2008 e a variável independente – mulheres eleitas sem vínculo com os movimentos sociais fortaleceram o pressuposto de que as mulheres paraenses eleitas (2008) aos cargos parlamentares e majoritários não dependem apenas do seu *status* em movimentos sociais e de mulheres, mas cultivam/exploram antecedentes sociais próprios com base numa trajetória em três áreas: familiar, política e profissional.

Dessa forma, os dados extraídos das entrevistas com as prefeitas e vereadoras paraenses eleitas em 2008, são demonstrativos, nas Figuras 55 e 56, do formato da trajetória pessoal desses atores políticos. Vê-se que entre as prefeitas, a ênfase maior se dá nas três áreas, ou seja, 3 delas tinham familiares na política local, seja marido, sogro ou parentes colaterais como cunhados/as; se fortaleceram a partir da profissão que assumiram no município dando-lhes visibilidade; e estimularam o ativismo político em ações em movimentos estudantis, comunitários, sociais e de mulheres. Entre as vereadoras, o processo de visibilidade pública foi gerenciado pela trajetória profissional e política. Se analisado mais pormenorizadamente esses dados vê-se que entre elas o impacto maior é no plano



profissional. É possível comprovar através das narrativas das mulheres entrevistadas e entrevistas transcritas fazendo parte do acervo da pesquisa de onde foram extraídos estes dados. O caso da Vereadora Ismaelka Queiroz Tavares, de Marabá é exemplar pois a mesma considera suas atividades mais relevantes na trajetória profissional para ter sido avaliada pelo eleitorado os seguintes caminhos funcionais: emprego administrativo na Prefeitura de Ananindeua; coordenadora do SINE em Marabá; qualificação de pessoas de associações de bairro; funcionária da prefeitura de Marabá no mandato do prefeito Tião Miranda. Diz ela:

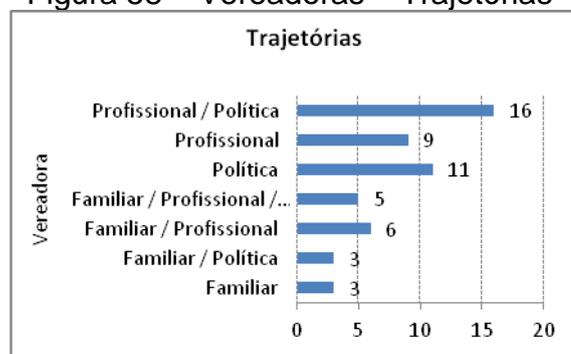
Eu nunca participei de nenhum movimento estudantil, mas com os meus 16 anos, aliás 15 anos, eu comecei a trabalhar em Bom Jesus, foi quando eu trabalhei na assistência social e eu me apaixonei por ajudar o próximo. Eu trabalhei com a esposa do prefeito anterior que foi o que ajudou a construir a cidade, foi o Lucio Antunes. Com a primeira dama foi quando ela me convidou para ser secretária dela (...). Mesclado com a relação entre políticos locais, a vereadora respalda sua inclusão nas colunas de trajetórias política e profissional.

Figura 57 – Prefeitas – Trajetórias



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 58 – Vereadoras – Trajetórias

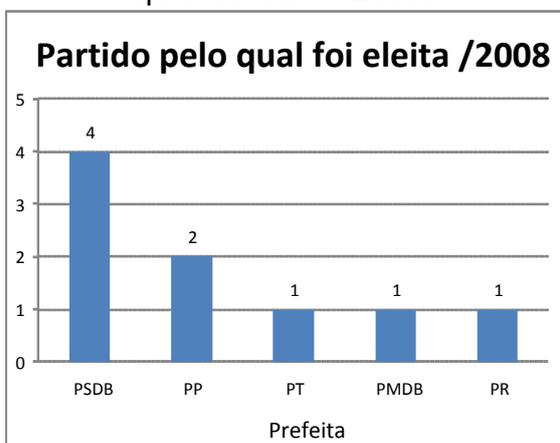


Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

## 5. Experiência Eleitoral

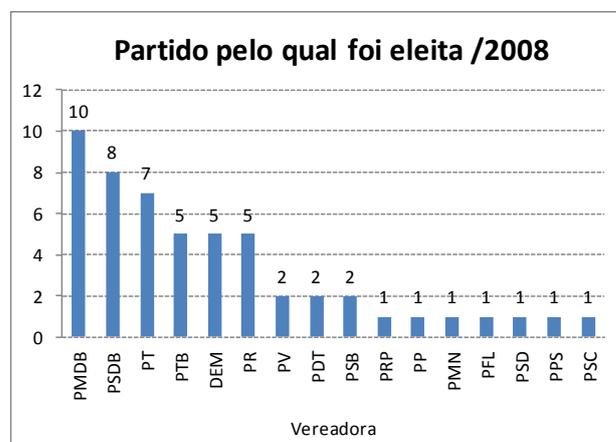


Figura 59 – Prefeitas – Partido pelo qual foi eleita / 2008.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 60 – Vereadoras – Partido pelo qual foi eleita / 2008

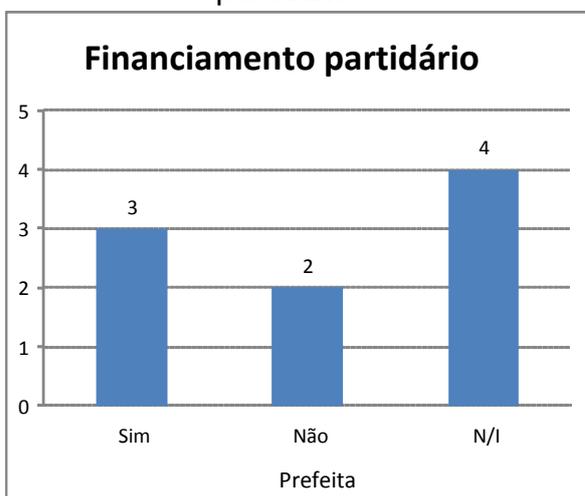


Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 caso

Em 2008, no Pará, os partidos que mais elegeram prefeitos foram: PMDB (40), PT (27), PR (17), PTB (14), PSDB (12), PDT (9), e DEM (6). O mesmo nível de êxito esses partidos apresentaram para o cargo de vereadores. É possível perceber que os dois maiores partidos naquele momento ou os que mais elegeram nos dois cargos, no Pará, foram o PMDB e o PT, ficando em terceiro o PR. Dos 27 partidos que competiram, as mulheres se elegeram em 16, para a câmara de vereadores, sendo que o PMDB garantiu a melhor posição também entre as paraenses visto que dos 230 vereadores elegeram 10 mulheres, ou seja, 4,34%.

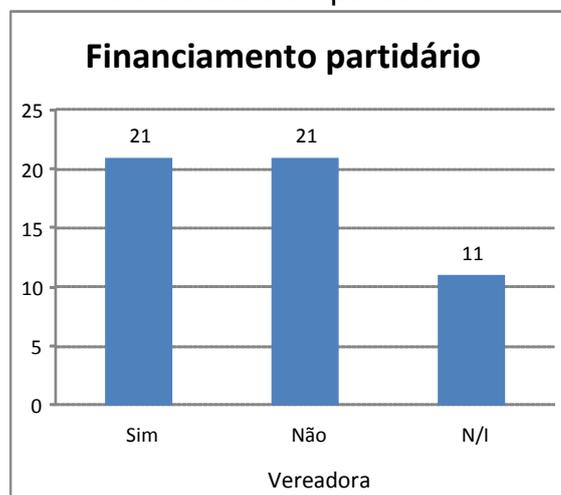


Figura 61 – Prefeitas – Financiamento partidário



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 62 – Vereadoras – Financiamento partidário



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

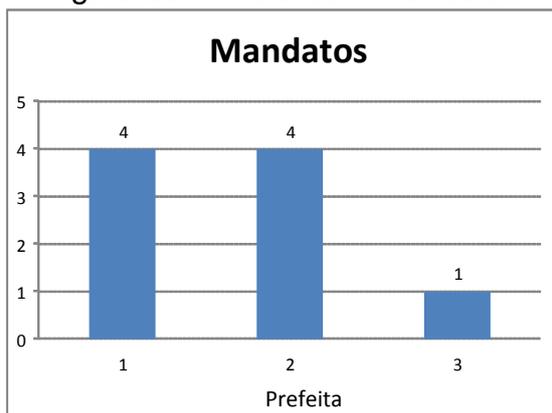
Na última década, o debate existente sobre financiamento de campanha no Brasil tem se intensificado pela exigência da lei eleitoral aos candidatos à prestação de contas nas eleições. A justiça eleitoral determina formas legais com vistas a evitar o abuso do poder econômico nos processos eleitorais. Há, contudo, dois problemas básicos que dificultam a efetividade do sistema: a) a justiça eleitoral carece de mecanismos técnicos que se adequem à fiscalização das contas dos partidos; e b) contribuições variadas que deixam de aparecer na contabilidade apresentada pelos partidos. Ou o que se convencionou chamar de “caixa dois”.

Há dois tipos de financiamento partidário: o público e o privado. No primeiro caso, o partido é obrigado a distribuir equitativamente os recursos do fundo partidário entre os seus competidores. No segundo, os recursos são do próprio candidato, doações de pessoas físicas e jurídicas. Considerando que os estudos de Murilo Cristo (2011) demonstraram a baixa distribuição de recursos do fundo partidário entre as mulheres candidatas à Assembleia Legislativa paraense, incluiu-se essa questão nesta pesquisa para saber se as prefeitas e vereadoras eleitas haviam recebido algum recurso para sua campanha. O que se observou foi uma equivalência de sim e não. Quer dizer, houve repasse de materiais de divulgação às



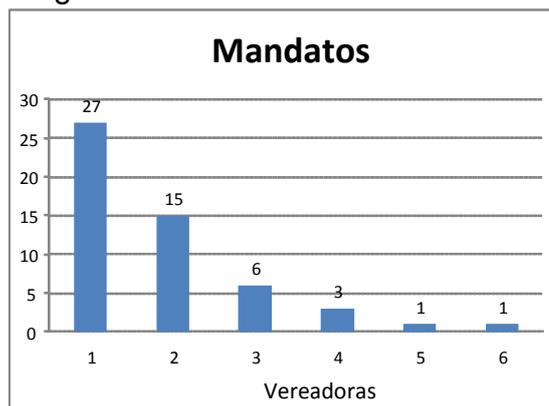
candidatas, pelos seus partidos, o que elas consideraram aplicação dos recursos do fundo partidário, mas todas responderam que não houve repasse de dinheiro.

Figura 63 – Prefeitas – Mandatos



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 9 casos

Figura 64 – Vereadoras – Mandatos



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

É possível fazer a conexão, de duas maneiras, entre o tempo de filiação das eleitas e os mandatos de representação que já desempenharam. Embora a incidência seja para um período de mais de 20 anos de filiação, nos dois cargos, há um baixo índice de exercício de mandatos. Por outro lado, há pessoas novas chegando, se filiando, se candidatando atingindo o êxito. A inferência é que sejam filiadas que concorrem há algum tempo e só conseguem se eleger depois de duas ou três competições. Supõe-se também que alguns acertos de lideranças tendem a criar estratégias de migração de uma candidata de um partido para outro com a finalidade de garantir vaga em partidos menores ou micros como foco para novas articulações.

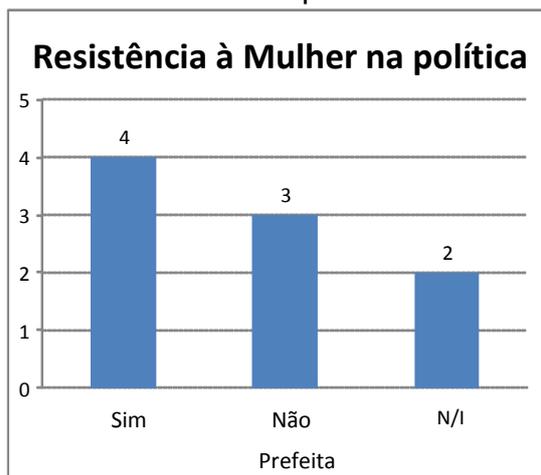
## 6. O olhar da resistência e da discriminação da mulher na política

Ao final do século XX, as mulheres de mais de 95% dos países democráticos já haviam conquistado os direitos políticos, mas ainda permaneciam e permanecem hoje sub-representadas em cargos parlamentares,



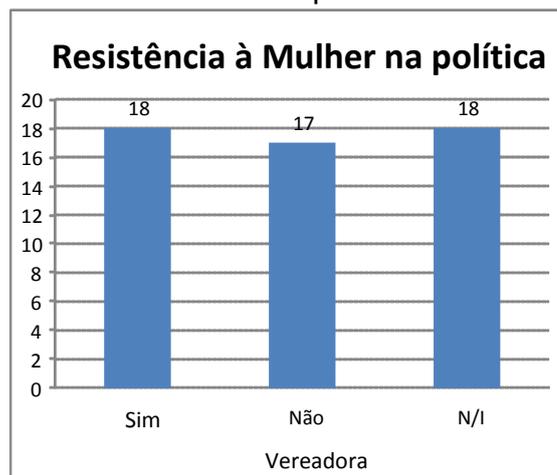
e em baixo percentual de cargos majoritários. A responsabilidade por isso é das múltiplas barreiras que dificultam esse acesso.

Figura 65 – Prefeitas – Resistência à Mulher na política



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N=9 casos

Figura 66 – Vereadoras – Resistência à Mulher na política



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. N= 53 casos

Para várias autoras entre as quais Nadezhda Shvedova (2002) as mulheres enfrentam três tipos de obstáculos no acesso a esse tipo de participação: os propriamente políticos, os socioeconômicos e os culturais (ou ideológicos e psicológicos). Entre os primeiros: a) a vida política é regida predominantemente por um “modelo masculino”, visto que é o homem que estabelece as regras do jogo definindo os parâmetros de avaliação do sistema político, com a existência de ideia de ganhadores e perdedores, de competência e confrontação, diferenciado das experiências femininas da colaboração e a busca de consenso; b) falta de respaldo partidário em todos os níveis (financeiro, falta de acesso às redes de trabalho político etc.); c) falta de contato com outras organizações públicas e com os movimentos de mulheres onde elas têm acesso; d) ausência de um sistema de capacitação e *empowerment* para a formação de lideranças em geral; e) a natureza do sistema eleitoral que pode ou não favorecer a indicação de mulheres.

Os desafios para a ruptura a estes obstáculos são de três modos: romper com a dimensão cultural e ideológica ainda forte que mantém uma auto exclusão das mulheres aos cargos de decisão política; avaliar quais os recursos do



sistema eleitoral brasileiro (as dimensões de demanda partidárias, o sistema proporcional de lista aberta) refreiam as candidaturas e são inoperantes para a eleição das mulheres; avaliar a decisão do voto do eleitorado para a candidatura das mulheres e ver onde está o nó do reconhecimento do valor das mulheres para um assento parlamentar.

Deduz-se então que as prefeitas e vereadoras apesar de sentirem certa resistência, elas demonstram que há um equilíbrio em relação a sua presença na política.

Disse a vereadora Rosemeire Barbosa Pontes (Curionópolis) sobre essa resistência:

Sempre tem, a maioria é homem, eles acham que por eles serem homem, eles sabem tudo. Que a gente por ser mulher não vai indo bem. Tem que mostrar que a gente é forte e não pode baixar. (...) Eu senti desde a minha primeira legislatura que sempre tinha essas questões. Os homens estão lá, eles acham que são os tais e a gente não, mas com o passar dos tempos você vai criando laços de amizade e tal e as coisas vão mudando, mas existe sim.

## 7. A ARENA PESSOAL & POLÍTICA E OS BASTIDORES DA COMPETIÇÃO ELEITORAL: FATOS E VERSÕES

Nas versões das prefeitas e vereadoras paraenses eleitas em 2008, em histórias de vida ensejando sua biografia no processo de inserção na política local, não houve nenhum testemunho de que as metas das políticas públicas para o crescimento do número de mulheres constituíssem um dos parâmetros de sua carreira nos espaços do poder local. Na verdade, o exposto de forma enfática foram os mecanismos de transferência do capital político acumulado nas suas trajetórias sejam familiares, profissionais e/ ou políticas para assumirem um cargo de liderança no partido e/ou no poder legislativo ou executivo. Nota-se, nessas narrativas, a inserção numa arena desafiadora, de certa forma contrária às representações femininas sob jugo do sistema patriarcal aprendidas culturalmente. Por exemplo, a declaração da Prefeita de Santa Maria do Pará, Marifrança Oliveira (PP), sobre a atitude de cidadãos/as de sua cidade em torno do posto que estava exercendo: “Já



vencemos muitas barreiras como mulher, mas ainda há discriminação. (...) Até hoje dizem que quem manda [na prefeitura] é o meu marido. (...)”.

Outra declaração capturou o ranço do preconceito de pessoas da cidade, da prefeita de Abaetetuba, Francinete Carvalho (PSDB) ao revelar:

(...) na verdade eles ainda esperavam que eu tivesse um marido que me acompanhasse nos eventos, o esposo da prefeita, mas eu resolvi lidar com a verdade, ao invés de manter um casamento de fachada, a qualquer custo, resolvi dizer: eu sou uma mulher livre, independente. E no momento acho que a melhor opção para mim não é uma união estável, é ter um envolvimento com uma pessoa que eu amo, que eu gosto e que eu estou conhecendo ainda (...).

O caso da vereadora Maria do Socorro Cavalcante da Cunha (PSDB)<sup>15</sup>, de Breves mostra as tendências de o preconceito se evidenciar no espaço dos arranjos partidários ao esclarecer o custo que teve que pagar por sua relação homoafetiva com uma companheira, há 23 anos.

Ela é de Portel e se criou em Belém, foi aprovada no concurso do IBGE e chegou a Breves, nos conhecemos e fomos morar juntas de uma hora para outra. (...)

Na eleição de 2004 quando o prefeito me convidou para ser vice, eu tinha muito cuidado com essa questão. E então ele falou: “Socorro tu vais...?” Eu disse: se o senhor me chamar aqui para discutir política educacional, vamos amanhecer, mas se me chamou para falar da minha vida pessoal, essa eu não discuto com o senhor, nem com ninguém! (...)

Então o presidente da câmara foi capaz de ir à Assembleia de Deus, falar para o pastor [sobre o relacionamento com outra mulher]. E tentou minar, mas isso não fez efeito, fez um efeito contrário. (...)

O prefeito tinha muita vontade de me indicar, era um nome que corria na cidade. Ele me chamou, eu nunca contei para Socorro [a companheira], para não magoá-la, falou mesmo assim: “Poxa, Socorro se não fosse isso... eu te indicava”. Então eu fiz um escândalo... Mas quando ganhei a eleição, sendo a mais votada... pensa no arrependimento desse povo.

Se Francinete Carvalho saindo de um casamento hetero sentiu o peso de não ter um marido para apresentar ao eleitorado e foi reeleita, Maria do Socorro Cavalcante da Cunha tinha uma parceira, vivia num outro tipo de relação afetiva e foi proibida de concorrer pelo gestor que a queria candidata a vice na chapa dele. Ela concorreu, contudo, para uma vaga à câmara municipal recebeu a maior votação dentre os concorrentes ao cargo. Na verdade, deve-se reconhecer, também, que os cargos ocupados por Socorro Cunha, na área da educação, tendo sido Secretária de Educação, e assumido outros postos de gestão nessa área, certamente renderam

<sup>15</sup> Inicialmente foi filiada ao PP, mas em 2007, a convite do líder de Luís Rabelo, migrou para o PSDB.



capital político significativo prevalecendo sua competência e não a força da ideologia homofóbica.

Nas situações preconceituosas reveladas há depoimentos que apontam para a relação afetiva desgastada, devido o desencontro entre a função pública e política da mulher e suas relações de gênero. A versão de Antônia Carvalho de Albuquerque, vereadora de Marabá, filiada ao PT, demonstra que não importa a ideologia do partido se de esquerda ou direita, o que prevalece é a ideologia sexista:

(...) A minha separação apesar de eu ser casada com um companheiro de partido, foi porque ele era extremamente conservador em alguns aspectos. Ele queria que eu estivesse em casa na hora do almoço, mas eu estava na greve ou dando uma entrevista, ou numa daquelas confusões inerentes ao sindicato, aquelas articulações, aquela coisa toda. Então a minha vida dentro de casa se tornou um verdadeiro inferno do ponto de vista, da convivência... (...) Sofria violência doméstica muito forte (...) não era só violência psicológica, era física ... dentro do carro... quantas vezes a gente quase perde a direção trocando pancada ... a violência chegou a um ponto que os meus filhos deitavam e ficavam observando se ouviam a minha voz (...). Toda vez que a gente deitava ele fazia uma avaliação do dia... que ele tinha chegado tal hora e eu não estava (...)

Os vínculos que as mulheres estabelecem com a sua comunidade se tornam maneiras de “fazer política”, segundo elas, comprometidas em assegurar benefícios ao conjunto de habitantes do seu lugar de moradia. Na história de vida de muitas prefeitas e vereadoras interessante anotar o meio de se tornarem sedutoras sem o peso da política como “politicagem”, como diz a paranaense Maria de Lourdes de Souza (DEM), nome de “guerra” Malu, residente em Belterra, lavradora/verdureira/presidente comunitária, terceiro mandato parlamentar - 2000/2004/2008 – e reeleita para o quarto em 2012.

Meu destaque foi oferecendo cheiro verde. "Quem quer o cheiro da Malu?" uma forma de chamar a atenção. E como a “moça da verdura” fiquei conhecida, também, na comunidade, e veio a oportunidade de me tornar presidente (...). Eu fui eleita três vezes. (...) Construimos nossa igreja em tempo recorde: 42 dias, a igreja de São Pedro. (...) Então todo mundo começou a dizer: "Malu, entra [na política], nós estamos contigo!"(...) se estás construindo alguma coisa conosco sem ter poder nenhum, imagine se um dia tiveres. (...) Então eu entrei. (...) Minha primeira campanha eu fiz de pé, fiz de bicicleta, fiz de carona de madeireiro, vocês não sabem quantas caronas eu peguei na minha vida, só vivia na beira da estrada! Eu visitei, se não me falha a memória, 37 comunidades em cima de duas rodas! (...) No primeiro pleito eu não concorri. Eu ajudei um amigo, mas na segunda legislatura eu entrei! E de lá para cá...

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



O percurso eleitoral de Malu está relacionado a dois níveis de trajetória pessoal – o profissional e o político. Quanto a sua admissão partidária, ela evidencia o convite dos professores Edwaldo Marques e Luciano ao PDT, o primeiro partido a filiar-se em 1998 e ao deputado Lira Maia, para filiar-se ao DEM após 2006.

Então eu peguei a presidência do PDT, fundei o PDT Jovem, o PDT Mulher. Fizemos um trabalho bacana. Primeira eleição fui eleita pelo PDT, segunda eleição pelo mesmo partido. (...) Quando foi na terceira que foi quando me ludibriaram, 2006, me colocaram como candidata a Deputada Estadual, então pedi renúncia, e sai do partido. Porque o Osmando [líder do PDT] deixou bem claro quando ele veio numa reunião aqui em Belterra: "Ou faz o que eu quero ou é convidada a se retirar!" Então me retirei. Os incomodados que se retirem, e eu estava me sentindo incomodada, me retirei.

O relacionamento com os familiares inseridos na política local tem beneficiado as formas de integração, aos partidos, de mulheres que aspiram a um cargo de representação parlamentar e/ ou executiva. Mas não só essas evidências de aproximação se bastam para o processo eleitoral. Sem dúvida, as relações familiares e o vínculo a conhecidos são apropriadas para manter o percurso ao qual optaram. Há também as maneiras de sensibilizar o eleitorado em forma de contatos pessoais e/ ou assistenciais à população convergindo para o número de votos necessários a compor o quociente partidário e elegê-las.

A vereadora Edna Maria Canuto de Sá (PSB), natural de Caaparó, Mato Grosso do Sul, mas residente desde criança em Redenção e, depois, em Floresta do Araguaia (PA) especifica as maneiras de ser em uma cidade que começa a nascer e pela qual transferiu uma parte de sua história de vida.

Nós moramos em Redenção durante 13 anos, comparamos uma terra aqui em Floresta do Araguaia, mudamos para cá. Quando chegamos ainda não era emancipado, ainda pertencíamos à Conceição do Araguaia e a dificuldade era muita. Não tínhamos médicos no hospital, não tínhamos estrada, não tinha mercado, só uns dois comércios. Então ele [o marido] se envolveu muito para ajudar o município onde tínhamos terra que queríamos ver crescer junto com o município. Lutamos também pela emancipação de Floresta do Araguaia, porque lá em Redenção já tínhamos um conhecimento maior com outros políticos. O irmão dele [marido] Argemiro Gomes da Silva (PMDB) foi prefeito em Rio Maria por dois mandatos (1997 e 2000), foi vereador em Conceição do Araguaia, mas foi assassinado em Rio Maria. (...)



Os contatos iniciais para inscrever-se na política eleitoral vieram da família do marido. Nesse relato de Edna Canuto de Sá revela-se o clima de violência dessa região, pois, seu cunhado foi morto por vereadores de Rio Maria, em plena campanha eleitoral, em agosto de 2008. Esse fato foi noticiado na imprensa paraense. Diz “O Diário do Pará”, sobre o caso: “O município do Sudeste do Pará é marcado pela violência, por mortes de encomenda e intensos conflitos pela posse da terra. Lá também foram assassinados o líder sindical João Canuto e seu filho, em 1985, bem como o presidente do mesmo sindicato, Expedito Ribeiro, em fevereiro de 1992”.

É ainda a vereadora Edna Sá quem avalia o formato do ativismo comunitário aplicado por ela e pelo marido, em Floresta do Araguaia, rendendo-lhes forte capital político. Na verdade, essas atividades evidenciam muito mais o assistencialismo que permeia os períodos de sedução ao eleitorado do que o envolvimento em movimentos sociais, como a própria Edna comenta:

(...) Nós nunca estivemos envolvidos em movimentos, nunca fomos assim de participar de movimentos. Tínhamos amizade, mesmo, diretamente com o político, com o prefeito, o vereador (...).

Depois desse trabalho [de luta pela emancipação do município] ficamos muito conhecidos. Meu marido é dentista prático, ele extraía dentes em varias regiões, em todos os colégios da região, mais de 10 mil pessoas foram beneficiadas. E nas viagens que fazíamos na zona rural eu trazia as crianças doentes, as gestantes, levando para minha casa (...) e muitas eu só trazia de volta quando o bebezinho já tinha um mês, quinze dias.

Os mecanismos de agregação da sociedade em torno da indicação de nomes para a representação política local, também foi um forte meio de articulação e engajamento da comunidade favorável à Edna, cujo nome político na urna era Edna do Fernandão (seu marido):

(...) Na época da campanha para eleger o primeiro prefeito de Floresta do Araguaia, o irmão dele [marido] saiu candidato, mas não se elegeu. Então na campanha seguinte criou-se um grupo de pessoas do bairro, representantes das pessoas que realmente tinham um interesse no crescimento do município para lançar um representante do setor onde eu morava. Disseram: vamos apoiar a dona Edna para representar essa parte da cidade que é a que eu moro até hoje. Fui candidata a vereadora pela primeira vez, não fui eleita, porque o nosso partido não teve coeficiente. Na eleição seguinte me candidatei novamente e fui eleita (...). Fiz um trabalho, na realidade, que eu já vinha fazendo há muito tempo, trabalho social, e fui vereadora quatro anos, e agora estou candidata a reeleição para ajudar o nosso município a continuar crescendo.



Entre a conjugação da vida privada (familiar) e a esfera pública, há um referencial significativo, mas não imperativo de mulheres na política (Fig. 43 e 44 e Fig. 55 e 56), embora se evidenciem. São trajetórias familiares que seguem prosseguem na tradição e, às vezes, se mesclam com as duas outras formas de ascensão no poder, a profissional e a política. Tanto entre as prefeitas, quanto entre as vereadoras paraenses deste estudo de caso, há ênfases sobre uma situação que Ana Alice Costa (1998) vislumbrou entre as parlamentares e prefeitas baianas do período de 1982-1992<sup>16</sup>. No caso do Pará, há situações interessantes. Os vínculos criados com o eleitorado pela prefeita Élia Jacques Rodrigues (PMDB), de Peixe-Boi, foram devidos a sua atividade na assistência comunitária pelo cargo do marido então prefeito, depois vice e liderança política do lugar, mas houve uma linhagem influenciada pelos demais familiares.

Tio Preto foi vice-prefeito e foi prefeito e ficou dois mandatos, inclusive um mandato que foi prorrogado por mais dois anos. Então ele teve um mandato de 6 anos e mais um de 4 anos; a esposa dele, que faleceu ano passado também foi vereadora e vice prefeita. Meu pai foi vereador, foi candidato a prefeito duas vezes, não conseguiu eleger-se, mas foi vereador, em dois ou três mandatos. (...)

Para a vereadora Nailza Nascimento (PP), do Acará, o vínculo familiar vem da mãe que foi a primeira vereadora do município. Em Santo Antônio do Tauá, Joana Célia Monteiro (PSDB), ainda no primeiro mandato parlamentar, diz ter sido iniciada pelo marido que já exerceu dois mandatos para a câmara municipal.

Caso interessante é o de Raymunda Nonata Rocha Teixeira, cujo marido é pastor de uma igreja que recebe cerca de três mil pessoas, coordena outras 70 igrejas evangélicas, sendo ele o articulador de sua campanha política. Nesse caso, a linha familiar tende mais a uma intensa circulação do nome de Raymunda num ambiente religioso e de grande clientela, extraíndo daí a base política que a elege. Não deixa de ser o uso da religião pela política. Ela já exerceu três mandatos, o primeiro pelo PMDB e as duas últimas legislaturas pelo PSDB e, foi reeleita para o quarto mandato nas eleições de 2012. Em Altamira, a prefeita Odiléia Sampaio

<sup>16</sup> Cf. Costa, Ana Alice. *As Donas no Poder. Mulher e Política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA -Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. 248p. - (Coleção Bahianas; 02).



(PSDB) diz que embora seu marido seja filiado ao partido, nunca se lançou candidato, mas foi ele quem a filiou e a introduziu no meio político. A prefeita de Santarém Maria do Carmo Martins iniciou-se através do pai que foi prefeito por esse município e deputado estadual. Em São Sebastião de Boa Vista, Maria das Graças Costa Souza (PT) já no segundo mandato, diz que sua vida política tem forte vinculação com o marido que é prefeito do município. O caso de Julia Rosa, de Marabá (PDT) poderia inverter sua carreira política: é que seu pai era vereador, tendo sido perseguido, cassado e preso no golpe militar de 1964, pois, fazia parte do PCB. A vereadora filiou-se inicialmente no PMDB e só mais tarde migrou para o partido atual estando no segundo mandato.

A migração partidária e as denúncias de corrupção fazem parte da arena política e de bastidores na competição eleitoral que essas mulheres vivenciam.

Dos 62 casos deste estudo, 11 mulheres trocaram quatro vezes de partido, 6 estiveram filiadas em três e 24 em dois, por vários motivos, o que representa um número significativo de mudanças. Vinte e uma seguiram num mesmo partido, sendo que 15 estão no primeiro mandato e somente 6 no segundo.

A vereadora Julia Rosa (PDT), por exemplo, diz que sempre simpatizou com os partidos de centro esquerda, elegendo-se, pela primeira vez, pelo PMDB, vindo do MDB. Quando o PSDB foi criado, mostrando ser um partido que queria romper com a estrutura de poder montada no PMDB, tornou-se para ela uma grande decepção então ela saiu do PSDB filiando-se ao PPS, que era o antigo PCB, partido do pai dela. Mas viu que deveria migrar novamente porque não sentiu muitas afinidades com o grupo local e também houve um desentendimento sério, deixando-a muito magoada. Então resolveu filiar-se ao PDT e nesse partido é a 3ª eleição que disputa um cargo e diz:

É no PDT onde quero encerrar a minha trajetória, não penso mais em mudar de partido. Acho que temos que questionar, de brigar dentro da própria estrutura partidária para mudar as coisas, mas já passei muita decepção.

O processo de migração partidária não se dá por um único motivo, segundo as várias versões das mulheres entrevistadas. A vereadora Rosemeire Barbosa Pontes, de Curionópolis, foi filiada ao PL em 1988, no ano de emancipação da





Segundo a notícia, o TRE-PA deveria marcar novas eleições, uma vez que a prefeita cassada obteve votação superior a 50% dos votos válidos. Mas a essa sentença ainda caberia recurso<sup>17</sup>.

Em uma pesquisa nos registros do TSE, relacionando eleições suplementares com o teor da cassação de Maria Ribeiro, verifica-se não haver nenhuma referência, em 10/04/2013, deduzindo-se que o recurso interposto pela coligação e o partido da prefeita eleita foi aprovado, negando-se provimento à denúncia contra ela<sup>18</sup>.

A interatividade de convivência entre as mulheres que escolheram a carreira política para suas atividades no cotidiano com a comunidade deslocando-se do espaço privado da casa para o espaço num cargo público e político diferencia-se dentre as da área rural. Odacy da Silva (PR), quase 70 anos, 20 como vereadora em cinco mandatos, na cidade de Peixe-Boi, diz que

(...) essa vida de político do interior é gostosa (...), lida-se com muita gente, cada pessoa é uma personalidade. (...)  
Convivo com as pessoas dia-dia, elas vão à minha casa, tomam cafezinho, batem papo, visito umas comunidades como o Cedro. Como as chuvas estão muito fortes, as estradas estão horríveis, então há as reclamações das pessoas, trago o prefeito para ver, ouvir os reclamos do pessoal. Esse é o dia-dia da gente aqui. (...) O vereador é porta-voz do povo, acredito que em toda cidade ele tem mais aproximação que o prefeito. A minha casa é pública todo mundo entra, faz as reclamações, é mais fácil que se aproximar do prefeito. E é esse o meu dia-dia.

A versão da parlamentar tem um aspecto que foi identificado em todos os casos analisados: há uma certa desmontagem da dicotomia sempre avaliada sobre a situação das mulheres ao fixa-las no espaço privado, demonstrativo de sua exclusão do espaço público.

Na verdade, foi observada, neste estudo de caso, a presença de situações que caracterizam um cruzamento entre essas duas áreas, nos limites de um confinamento entre a exploração da perspectiva eleitoral de incluir o eleitorado como “um/a de nós” ao recebê-los/as na casa de moradia; e a criação de um link para o ativismo comunitário deslocado para o assistencialismo tendente a ser um meio de

<sup>17</sup>Esse noticiário foi postado pela [Agência Araguaia CAPC](http://www.folhadobico.com.br/04/2012) em 9 de abril de 2012 em [Bico do Papagaio, Pará](http://www.folhadobico.com.br/04/2012). Cf. <http://www.folhadobico.com.br/04/2012> . Acesso em abril/ 2013.

<sup>18</sup> Em nova consulta, em 19/10/2014, verifica-se que há um novo prefeito na localidade, Valciney Ferreira Gomes, do PMDB.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



criar a sedução na sequência de integrar-se às necessidades da população e satisfazer as que são possíveis de realizar.

Dessa forma, conclui-se apontando para uma atribuição recorrente sobre a elite política no poder municipal em 2010: embora haja procedimentos que excedem o padrão tradicional das práticas políticas entre homens e mulheres, o jogo político-partidário e eleitoral reduz a visibilidade do diferencial entre eles e elas.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ÁLVARES, M. L. M. *Gênero, Política e Representações Sociais: a presença das mulheres nos cargos parlamentares, nas eleições de 2006, no Pará*. In: FERREIRA, M. Mary. *Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste*. São Luís, MA, EDUFMA, 2012.

ÁLVARES, M. L. M. *Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 2004 (digitada).

ÁLVARES, M. L. M. *Mulheres na Política, Mulheres no Poder: avanços e perspectivas*. Texto digitado para a Mesa Redonda Participação política das mulheres nos espaços de poder, II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, 26/06/2007, BR-316, Ananindeua/PA.

ÁLVARES, M. L. M. Projeto de Pesquisa *Mulheres na política: histórias de percursos e de práticas* – CNPq 402518/2010-1- APQ- CNPq

ÁLVARES, M. L. M. Projeto de Pesquisa: *Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político*- Processo: 402969/2008-1 – APQ- CNPq.

ÁLVARES, M. L. M. *Recrutamento de candidaturas nos movimentos de mulheres: rotas de acesso aos espaços de poder na democracia brasileira*. ST 23 – PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS, 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, out./2010, Caxambu.

ÁLVARES, M. L. M. *Rotas de acesso ao poder na democracia brasileira: gênero, empowerment, recrutamento de candidaturas*. 7º ENCONTRO DA ABCP, Recife,

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



PE. AT 03 – ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA. 1B - Dimensões da Representação e Participação Política,, 04 A 07 DE AGOSTO DE 2010.

AZEVEDO, Mário Luiz Azevedo. *Espaço Social, Campo Social, Habitus e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu*. Revista Espaço Acadêmico. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, n. 24, 2003. Disponível: <http://www.espacoacademico.com.br> . Acesso em 10 out. 2012.

BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. (org.) *Dicionário de Política*, 7ª Edição, Brasília, DF, Editoria Universidade de Brasília, 1995.

BONACCHI, Gabriela e GROPPPI, Angela (org.) *O Dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres*. São Paulo, UNESP, 1995.

CATANI, Afrânio Mendes. *Pierre Bourdieu: Um estudo da noção de campo e suas apropriações brasileiras nas produções educacionais*. In: V Congresso Português de Sociologia. Actas, Braga: Universidade do Minho - Campus Gualtar, 2004. Disponível em: <<http://www.aps.pt/> . Acesso em 10 out. 2012.

CORRÊA, Mariza. (1981) *Repensando a família patriarcal brasileira*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 37.

COSTA, Ana Alice A. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997 (Clássico: 9)

DAVIS, Natalie Zenon. *A mulher na política*, in: História das Mulheres no Ocidente, Vol 3, Do Renascimento à Idade Moderna. Porto, Edições Afrontamento, 1991.

DOGAN, Mattei. *Les profession propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers*. In: Offerlé. Michel. *La profession politique XIX°-XX° siècles*. Paris, Editions BELIN, 1999.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, EUSP, 2002

DURAM, Maria A. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral. Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



FIGUEIRA, Murilo C. *Financiamento Eleitoral: Desigualdade De Gênero Nas Eleições Do Legislativo Paraense Em 2010*. TCC, Faculdade de Ciências Sociais, IFCH, UFPA, 2011 (digitado)

INGLEHART, Ronald e Norris, Pippa. *The developmental theory of the gender gap: women and men's voting behavior in global perspective*. Version for the International Political Science Review Special Issue on Women and Politics, 1999. (cópia extraída de [http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/rising\\_tide](http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/rising_tide))

KUNOVICH, Sheri and PAXTON, Pamela . *Pathways to Power: The Role of Political Parties in Women's National Political Representation*. In: *AJS* Volume 111 Number 2 (September 2005): 505–52. The University of Chicago. Acesso em novembro de 2010.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LEÓN, Magdalena. *El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de gênero*. In: *LA VENTANA*, NÚM. 13 / 2001

LOVENDUSKI, Joni & NORRIS, Pippa. *Gender and party politics*. London: Sage Publications Ltd., 1993.

MEIHY, Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo F. de. *Partidos e Migração Partidária na Câmara de Deputados*. In: *Dados*, v. 43 n. 2, Rio de Janeiro, 2000, p. 2. (versão on-line).

NADEZHDA Shvedova. *Obstáculos para la participación de la mujer en el Parlamento*. In: Mendéz-Montalvo, Myrian e Ballington, Julie. *Mujeres en el Parlamento. Más Allá de los números*. Série Manuales, Estocolmo, International IDEA, 2002.

NICOLAU, Jairo; MARENCO dos Santos; MENEGUELLO; FIGUEIREDO e Campos. In: *Eleições e Partidos*. Cadernos Adenauer IV (2003), nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril, 2003.

NORRIS, Pippa . Women's representation and electoral systems. For Richard Rose (ed) *Encyclopedia of Electoral Systems* Washington DC: CQ Press. (Harvard University). 1999. Web.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



NORRIS, Pippa.. Civic society and social capital. In: *Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*. Chapter 8, 2003b. *on line* [www.pippanorris.com](http://www.pippanorris.com)

OFFERLÉ, Michel. *La profession politique*. XIXe.-XXe. Siècles. Paris, Belin, 1999.

PALHETA, Sandra. *Mulheres nos Espaços de Decisão Política: um estudo de caso das candidatas a vereadoras à Câmara Municipal de Belém nas eleições de 2008*. Trabalho de Conclusão de Curso(TCC, Faculdade de Ciências Sociais/UFGA).

PAXTON, P. *Women, Politics and Power: A Global Perspective*. Pine Forge Press/ Sage Publications, inc, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

RABAY, Gloria & Carvalho, MARIA EULINA P. *Mulher e Política na Paraíba. Histórias de vida e de luta*. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 2010.

RANGEL, Patrícia. Balanço das Eleições 2008 - Mulheres Candidatas e Eleitas. CFEMEA, 1/01/2010. <http://www.cfemea.org.br/> . Acessado em janeiro 2010 e em abril 2013.

SALVANTICI, Silvia. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. História Oral, v.8, n. 1, 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica*. S.O.S. CORPO, 1991 (digitado). Texto original: J. Scott. Gender : An useful category of historical analyses. Gender and politics of history. New York. Columbia University Press, 1989.

SHVEDOVA, Nadezhda. Obstáculos para la participación de la mujer em el Parlamento. 2º Cap. In: Montalvo-Mendez, Myrian & Ballington, Julie. *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*. IDEA, Suécia, 2002.

TUPIASSU, Amílcar Alves. *As eleições paraenses de 1974*. Rev.Bras.Est.Pol., nº 18, 1978.

## DOCUMENTOS

CARTILHA “Mulheres sem medo do Poder”, Brasília, 1995

CFEMEA [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br). “As mulheres na política e a reforma política”, de Silvia Camurça, 2007

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



COMISSÃO TRIPARTITE para a revisão da Lei 9.504/1997. Relatório Final, Brasília, DF, 2009

DADOS ESTATÍSTICOS, – *Eleições Federais, Estadual e Municipal. 1950*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

RELATÓRIO do projeto Mulheres e Processos Eleitorais no Pará: 1986-1994. *Relatório de Pesquisa: Comportamento Eleitoral em 1994*, UFPA, 1994

RELATÓRIOS do projeto de pesquisa Cidadania, Participação Política e Gênero: Pará, 1932-1998 (de 1996-2000)

TRE/PARÁ, J. E. Eleições 2010 - 1o. Turno - Resultado da Totalização Pará. Belém: TRE – Pará, 2010.

## SITES

Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso no período de 2008 a 2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://estados.ibge.gov.br/estadosat/perfil>>. Acesso em mar. 2013

Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso no período de 2008 a 2013.